



CÂMARA MUNICIPAL

ATA n.º24 /2012

Aos **dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e doze** na Sala de Sessões dos Paços do Município, realizou-se uma **reunião ordinária** a que estiveram presentes o Senhor Presidente, Humberto José Baptista Oliveira, e os(as) Senhores(as) Vereadores(as), Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva, Ricardo João Estevens Ferreira Simões, Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

Secretariou a reunião a Assistente Técnica Rosa Maria Martins Henriques.-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas.-----

De seguida o Executivo deliberou, por unanimidade, considerar justificada a falta do Senhor Vice-Presidente, Ernesto Fonseca Coelho, por se encontrar de férias. -----

Iniciou-se a reunião pelo ponto **30 da ordem de trabalhos - Processo de Revisão do PDM.-**

--- Estiveram presentes a Senhora Eng.^a Isilda Duarte e representantes da empresa Lugar do Plano para ouvirem as sugestões do Executivo, com vista a algumas alterações de exclusão da planta de condicionantes no que diz respeito à RAN e REN, desde que técnica e juridicamente sejam viáveis.-----

Informação

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, junto enviamos os elementos, para agendamento de uma reunião da Comissão de Acompanhamento. da Revisão do PDM para apreciação dos pedidos de exclusão da proposta de delimitação da REN Bruta, em articulação com a proposta de Ordenamento.

Os elementos entregues são os seguintes:

ELEMENTOS ESCRITOS: -----

Fundamentos da Proposta de Ordenamento da Revisão do PDM de Penacova -----

Proposta de Regulamento-----

Proposta Exclusão da Reserva Ecológica Nacional-----

Relatório de Avaliação -----

Proposta de Exclusão de Áreas da RAN-----

CARTOGRAFIA:-----

Planta de Ordenamento-----

Planta de Condicionantes -----
Planta de Condicionantes: Reserva Ecológica Nacional Bruta (CCDRC, nov. 2012)---
Planta de Condicionantes: Reserva Agrícola Nacional -----
Planta de Exclusão da Reserva Agrícola Nacional -----
Planta das Áreas Florestais Percorridas por Incêndios -----
Planta de Risco de Incêndio (fonte: Carta de Perigosidade do PMDFCI)-----
Planta de Proposta de Exclusão da REN Bruta -----

--- Analisadas as respetivas plantas, o Executivo solicitou à firma Lugar do Plano para verter na planta de condicionantes as exclusões apontadas, para posteriormente enviar à CCDRC, como aditamento aos elementos remetidos em 10 de Dezembro de 2012, de modo a serem presentes à reunião da Comissão Técnica de Acompanhamento. -----

1 - INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.

2 - INTERVENÇÃO DOS VEREADORES.

--- **Senhor Vereador Roberto António Ferreira Barbosa -----**

--- Começou por questionar qual o ponto da situação em relação à concessão do Quiosque Bar do IP3, dado que se aproxima a data da sua renovação e o Senhor Presidente se tinha comprometido, até ao final do ano a trazer algumas novidades, de modo a salvaguardar o serviço que é prestado e o interesse do Município.-----

--- Prosseguindo, falou na questão das lojas existentes no edifício do parque de estacionamento. Segundo sabe as pessoas tem-se interrogado o que irão fazer, pelo que pretende saber se já existe um plano para valorizar aquelas lojas, se será com a contratação dos espaços a novos inquilinos, ou com a transposição dos inquilinos do mercado municipal para aquele edifício e neste último caso quais serão as condições. Se manteriam as condições que se processaram por exemplo com o Quiosque Palmeira, se será uma solução de chave na mão, ou se porventura os lojistas do mercado municipal terão de intervir lá. ----

--- Relativamente ao Parque Verde, foi alertado para o facto de o mesmo se estar a degradar com alguma aceleração, devido às chuvas que ocorreram recentemente, e à falta de manutenção, pelo que solicita alguma informação sobre esta matéria. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara-----**

--- No que se refere ao Parque Verde desconhece a situação exposta, no entanto vai procurar saber se existe algum problema e o que se pode fazer para o resolver. -----

--- Relativamente ao Quiosque Bar do IP3 de facto é um assunto que não está esquecido, mas está atrasado nessa responsabilidade. Embora já tenha abordado a outra parte, ainda não se debruçaram mais aprofundadamente sobre o assunto.-----

--- Quanto às lojas existentes no edifício do parque de estacionamento, tem a sua própria ideia do que pode ser a melhor utilização, mas não vale mais do que isso. A sua perspectiva é de que os inquilinos do mercado municipal possam utilizar algumas destas lojas, essencialmente para resolver o problema das cargas e descargas. Com a desocupação do espaço poderiam melhorar este serviço a todos os comerciantes, nomeadamente os do mercado velho, na hipótese de aí permanecerem alguns lojistas, nomeadamente os talhos, como também para os novos utilizadores. Para que isso seja possível as lojas atuais têm de deixar de existir e obviamente que a ser assim, é necessário encontrar uma alternativa. -----

--- De qualquer forma, o parque de estacionamento foi cofinanciado, e qualquer decisão acerca da geração de receitas tem de ser negociado como a CCDRC, tendo já solicitado uma reunião, para poderem estudar a melhor forma de utilizar aquele espaço, nomeadamente a questão das lojas que estão disponíveis e que devem ser valorizadas. -----

--- **Senhor Vereador Roberto António Ferreira Barbosa** -----

--- Salientou que uma das questões em que foi abordado por lojistas do mercado municipal é a incerteza que têm em relação a esta matéria, compreende que o Senhor Presidente não pode dar certezas sem ele próprio as ter, pelo que deverá o mesmo fazer as diligências para as obter o mais rapidamente possível. -----

--- Por outro lado, também se referiram ao facto de este ano ter sido mau para toda a economia do país, particularmente no comércio em Penacova, que ficou sem estacionamento quase durante todo o ano, reconhecendo-se que foi um período em que não foi possível gerar receitas. Por isso entende que, a semelhança de outros espaços os lojistas não deveriam suportar eventuais encargos, nomeadamente com algumas adaptações que sejam necessárias, como pintar paredes ou colocar o chão, pois na altura em que ganharam o concurso para as lojas as condições eram outras, tinham estacionamento perto, o que não aconteceu durante este ano e para o qual não terá havido nenhuma compensação. Seria uma maneira de recompensar os lojistas pelas alterações que vieram a ocorrer no funcionamento dos seus espaços, nomeadamente pela falta de aviso que na data marcou o início das obras. -----

--- No que se refere ao Quiosque Bar do IP3, será do interesse do Município que não se deixe resvalar mais uma vez este assunto, porque apesar de reconhecer que a empresa que explora “o bar 21” também presta um serviço, é irrefutável que o Município está a perder potenciais receitas ao não renegociar o contrato, e quando ao mesmo tempo está a pedir dinheiro à banca para se financiar tendo outras receitas a que pode recorrer, essas certamente deverão ser prioritárias. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Referiu que a questão das lojas está no ponto de situação que já explicou e depois de auscultar a CCDRC tomará uma decisão. Confessou que por vezes não deve expressar os seus pensamentos, porque estes podem não se concretizar e as pessoas inventam determinadas situações, quando a capacidade de decisão não cabe apenas ao Município, estão dependentes de terceiros. Eventualmente a CCDRC pode deixar essa solução ao critério do Município e aí a questão pode colocar-se de outra forma. Os Senhores

Vereadores também podem ter opiniões diferentes e melhores, já não é a primeira vez que volta atrás e aceita outras opiniões, mas para já é assim que delineia o plano de ação relativamente a esta matéria.-----

3 - APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 7/12/2012.

--- Posta a votação, a ata n.º 23, referente à reunião ordinária de 07/12/2012, foi aprovada por maioria, com 5 (cinco) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Senhor Vereador Roberto António Ferreira Barbosa, por não ter estado presente na reunião. -----

4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA.

--- Presente ao Executivo o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 17/12/2012, pelo qual tomou conhecimento que o total de disponibilidades deste município é de € 1.610.148,32 (um milhão seiscentos e dez mil cento e quarenta e oito euros e trinta e dois cêntimos), sendo o montante de operações orçamentais de € 1.290.020,33 (um milhão duzentos e noventa mil e vinte euros e trinta e três cêntimos) e o de operações não orçamentais de € 320.127,99 (trezentos e vinte mil cento e vinte sete euros e noventa e nove cêntimos). -----

5 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PENACOVA, A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

--- **Senhor Vereador Ricardo João Estevens Ferreira Simões** -----

--- Antes de apresentar a proposta de reorganização dos serviços propriamente dita, pretende realçar e agradecer o excelente trabalho de coordenação e liderança das Chefes de Divisão – Eng^a Isilda Duarte e Dr^a Zulmira Antunes, na resolução dos problemas e trabalhando em prol do bem-estar dos munícipes de Penacova. Salienta também o trabalho do Coordenador de Unidade dos Serviços Ambientes – Eng.º José Figueiredo, tanto em termos de coordenação como de liderança de uma vasta equipa. -----

--- A criação de uma terceira Divisão está diretamente relacionada com o peso e as responsabilidades cada vez maiores do setor de águas, saneamento e recolha de resíduos urbanos – os critérios cada vez mais apertados por parte da fiscalização levada a cabo pela ERSAR, bem como as alterações que irão ocorrer neste setor, levados a cabo pela Administração Central.-----

--- Nessa perspetiva, é necessário que estejam preparados para os desafios que se avizinham e como tal criar condições para responder aos mesmos. -----

--- No que se refere à separação das áreas do turismo, cultura, desporto e juventude, estão também diretamente relacionadas com os problemas económicos e de emergência social que o país atravessa. Exemplo disso é o número de casos apresentados nas reuniões de Câmara relativamente à ação social; a transferência de competências na área da educação, em que os Municípios cada vez mais se substituem à Administração Central. -----

--- Com esta reorganização pretende-se agilizar os serviços da Câmara, tendo sempre em linha de orientação a resposta ao bem-estar dos munícipes de Penacova e das pessoas que nos visitam.-----

--- Aproveitou-se também a lei que regulamenta o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Regional – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, em que o espírito desta lei é de certa maneira a redução dos cargos dirigentes na grande parte dos municípios. Ao contrário do que acontece na generalidade do país, Penacova até teria um número abaixo em termos de divisões, pois face às suas especificidades terá direito a três divisões e julga que se justifica a criação de mais uma. -----

--- A proposta que a seguir se apresenta é a definição de três orgânicas flexíveis – as Divisões - Divisão Municipal de Gestão e Planeamento Urbanístico, que irá contemplar os Serviços de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e os Serviços de Obras Públicas; a Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos que contempla os Serviços Ambientais e de Salubridade Pública e o Serviço de Oficinas, Viaturas, Equipamentos e Vias Municipais (passaram para a alçada da Câmara Municipal os Serviços Municipais de Fiscalização e os Serviços Médico-Veterinários); a Divisão Municipal de Ação Social e Educação, que contempla os Serviços de Ação Social e os Serviços de Educação. -----

--- De referir ainda que com esta reestruturação extingue-se a Unidade de Serviços Ambientais e Urbanos.-----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Sobre esta reorganização dos serviços, apresentou algumas considerações / questões, nomeadamente: -----

--- O novo organigrama não contempla as Secções Administrativas das respetivas Divisões.

--- Questiona também onde ficam as taxas. -----

--- É criado um Gabinete de Apoio à Vereação, apesar de já haver um secretário do Vereador, pessoalmente entende que deveria ser uma única caixa, à semelhança do que acontece na maioria dos Municípios – um único Gabinete de Apoio. -----

--- Também não lhe parece que a fiscalização fique bem na dependência direta do Presidente da Câmara. Julga que um serviço de fiscalização, que face ao mapa de pessoal, tem um único funcionário, e não colocando em causa a competência do mesmo, deveria ter também pessoas da parte técnica para fazerem o acompanhamento, para que possa haver massa crítica dos restantes colegas, situação que acontece por exemplo no caso do Município de Mortágua.-----

--- Outra questão que pretende colocar é se os Chefes de Divisão, que estão atualmente em exercício, estão na legitimidade das suas funções.-----

--- O organigrama que existe foi aprovado em reunião de Câmara de 03 de Dezembro de 2010, e julga que no fundo cumpria as suas as funções. Desconhece se foi feito algum estudo e se este novo organigrama vai trazer algum acréscimo de despesa, pois no fundo é mais uma Divisão que é criada. -----

--- Porque o ruído que transparece é que na Divisão de Ação Social e Educação, que na sua perspetiva estava a fazer um bom trabalho, terão existido algumas desavenças e quezílias entre os dirigentes - Vereação e Técnicos. Espera que esta reestruturação não resulte destes problemas que existam, que são normais nas Instituições, há sempre divergências de posição, as pessoas não podem pensar todas da mesma forma. -----

--- Efetivamente não vê grandes motivos para esta alteração e nessa medida reserva-se no direito, como votou favoravelmente no mapa que foi aprovado por unanimidade em 03 de Dezembro de 2010, gostaria de conferenciar com os seus colegas.-----

--- É verdade que o Executivo em funções está no seu pleno exercício, mas estão a dez meses das eleições, obviamente que há toda a legitimidade para o fazer e a legislação muda tão rápido que há necessidade de fazer alterações. No entanto também gostava de ouvir o Senhor Vice-Presidente, enquanto parte interessada na Divisão de Ação Social e Educação e responsável por este pelouro. Não estando por se encontrar de férias, torna-se tudo mais difícil. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Relativamente a esta matéria, salientou que a sua única preocupação é que se cumpra a lei e simultaneamente procurar maximizar a gestão dos serviços e procurar melhorar a resposta aos munícipes e clientes. -----

--- Hoje já consegue ter outra noção da gestão interna dos serviços, que não tinha em 2010 aquando da aprovação da anterior reorganização e tem algumas sugestões que até nem caberão aqui. São sugestões que tem a ver com o dia-a-dia da entidade, eventualmente algumas poderão ficar pendentes tendo em conta que o mandato está próximo do fim, mas outras são regras básicas de gestão e quem cá estiver daqui a um ano com certeza que as alterará. -----

Proposta

Decorridos cerca de dois anos sobre a reestruturação dos serviços municipais de Penacova – aprovada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária de 3 de dezembro de 2010, e pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 18 de dezembro desse mesmo ano –, reestruturação, essa, imposta pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, entendeu-se, face à atual crise económica, financeira e social, proceder à sua adaptação aos graves problemas que se perfilam e que, tudo o indica, se prolongarão por alguns anos. -----

Feita a avaliação da situação, propõe-se a substituição da Divisão de Ação Social, Cultura, Desporto e Educação por uma unidade orgânica flexível que comporte, reforçando-as, apenas as áreas de ação social e saúde e de educação (Divisão de Ação Social e Educação), e da Divisão de Ambiente, Serviços Urbanos e Obras por duas unidades orgânicas flexíveis, uma concentrando a Gestão e Planeamento Urbanístico, e a outra, o Ambiente e os Serviços Urbanos, com a consequente extinção da Unidade de Serviços Ambientais e Urbanos. -----

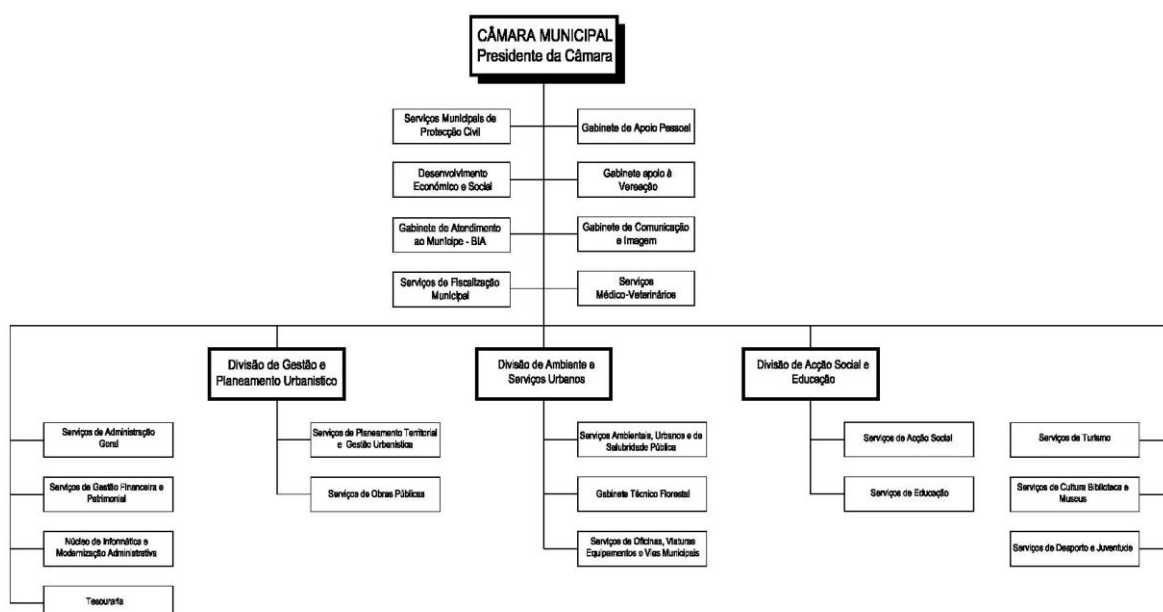
Relativamente às subunidades orgânicas, as alterações limitam-se à separação dos Serviços de Turismo e à colocação de dois serviços especializados (Fiscalização Municipal e Medicina Veterinária) na direta dependência da Presidência do Executivo Municipal. -----

Assim: -----

No exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e face ao disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal delibera propor à Assembleia Municipal de Penacova o seguinte:-----

- a) A manutenção do modelo de estrutura hierarquizada dos Serviços Municipais de Penacova, nos termos dos artigos 9.º, n.º 1, alínea a), e 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;-----*
- b) A definição de um máximo de três unidades orgânicas flexíveis;-----*

- c) A definição de um máximo de 20 subunidades orgânicas;-----
- d) A definição de um máximo de duas equipas de projeto;-----
- e) A entrada em vigor da estrutura aprovada, em 01/01/2013.-----



--- Posto a votação, registaram-se 3 (três) votos a favor e 3 (três) contra. -----

--- Verificando-se empate na votação, o Senhor Presidente da Câmara exerceu voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo a proposta de reorganização dos serviços municipais de Penacova sido aprovada por maioria. -----

--- Votaram contra os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

--- Declaração de Voto-----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- O sentido de voto dos Vereadores do PSD tem a ver sobretudo com os serviços que saem fora da alçada da Divisão de Ação Social e Educação, nomeadamente os Serviços de Turismo, Serviços de Cultura, Biblioteca e Museus e Serviços de Desporto e Juventude, até

tendo em conta o número de técnicos que lhes estão associados - Turismo duas pessoas, Serviços de Bibliotecas e Museus seis e o Serviço de Desporto e Juventude três. São no total onze funcionários, pelo que faria todo o sentido reportarem ao mesmo Chefe de Divisão de Ação Social e Educação, tal como estava anteriormente e não estarem a criar unidades soltas de serviços. -----

--- Por outro lado e no que se refere aos Serviços de Fiscalização, a serem criadas duas Divisões, estes deveriam funcionar de forma interligada. -----

--- No que se refere aos Gabinetes de Apoio e como já existe um secretário de um Vereador, entendem que deveria existir apenas um único Gabinete.-----

--- De acordo com as considerações expostas, tendo presente o organigrama aprovado em 2010 que votaram favoravelmente e porque se reveem mais neste do que no agora proposto, nessa medida votaram contra. -----

6 - CRIAÇÃO DE UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS - DIVISÕES MUNICIPAIS, SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA.

Proposta

Na sequência da aprovação da proposta de reestruturação dos serviços municipais a apresentar à Assembleia Municipal, propõe-se que a Câmara Municipal, no exercício da competência prevista nos artigos 7.º e 10.º, n.º 3, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e no respeito dos limites impostos pela alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, delibere criar:-----

- f) A Divisão Municipal de Gestão e Planeamento Urbanístico;-----*
- g) A Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos;-----*
- h) A Divisão Municipal de Ação Social e Educação.-----*

I – A Divisão Municipal de Gestão e Planeamento Urbanístico (DGPU) tem como objetivo colaborar no desenvolvimento estratégico do Município, através da elaboração dos instrumentos de planeamento, das atividades relativas à gestão, licenciamento e fiscalização das operações urbanísticas, da direção do processo de uso e transformação física do solo, da gestão do sistema de informação geográfica, de medidas para a reabilitação e requalificação urbana, coadjuvando os órgãos autárquicos na definição de uma política global de administração do território, competindo-lhe: -----

- a) Assegurar que o Município dirija o processo de transformação física e o uso do solo, no interesse da comunidade, através de uma rigorosa e eficaz gestão do território;-----*
- b) Assegurar todas as operações de natureza técnico-administrativa relativas ao processo de transformação e uso do solo municipal, no quadro da estratégia global de desenvolvimento, no respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, e pelos legítimos direitos dos cidadãos;-----*
- c) Promover e assegurar o acompanhamento dos instrumentos de gestão do território e promover a elaboração, acompanhamento, aprovação, execução, avaliação e revisão dos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, em articulação com outros serviços municipais;-----*
- d) Criar as condições e implantar um sistema de gestão e regulamentação conducentes a um aumento da qualidade dos empreendimentos urbanos a nível de loteamentos ou edificações;-----*

- e) Assegurar a implementação e desenvolvimento do processo de informação geográfica e de cadastro do Município;-----
- f) Assegurar a eficácia e celeridade dos procedimentos administrativos e técnicos de apreciação e licenciamento dos empreendimentos urbanísticos particulares;-----
- g) Coordenar a atividade das diversas entidades com funções ao nível das infraestruturas do Município, de forma a racionalizar e integrar as respetivas intervenções em operações coerentes que contribuam para um desenvolvimento urbano harmonioso;-----
- h) Prevenir e impedir quaisquer processos de transformação e uso dos solos não licenciados ou causadores da degradação do ambiente natural e urbano;-----
- i) Promover a imagem, funcionalidade e dignificação dos espaços públicos, bem como a reabilitação e valorização do património construído;-----
- j) Gerir, ao nível das unidades orgânicas, o sistema de informação e controlo de processos urbanísticos, no que respeita: ao atendimento e informação ao público, à receção, instrução preliminar e encaminhamento de processos para apreciação e parecer, bem como o respetivo arquivo;-----
- k) Colaborar na promoção da melhoria dos serviços de atendimento ao público, através da implementação de processos, técnicas e de software informático adequado;-----
- l) Coordenar todas as atividades relacionadas com a revisão do Plano Diretor Municipal;-----
- m) Conduzir o processo de saneamento e apreciação liminar e quando o justifique a rejeição dos processos nos termos da lei;-----
- n) Promover a consulta às entidades que, nos termos da lei, devam emitir parecer, autorização ou aprovação;-----
- o) Diligenciar no sentido de garantir o direito à informação sobre os instrumentos de desenvolvimento e planeamento territorial em vigor e o estado de andamento dos processos aos interessados;-----
- p) Promover a racionalização e agilização de procedimentos definindo um modelo de atendimento, tratamento de sugestões e reclamações relativos aos processos de urbanização e edificação;-----
- q) Executar todas as funções de natureza administrativa da área do urbanismo, garantindo a conformidade com a legislação e regulamentação aplicável, designadamente as relativas à organização e encaminhamento dos pedidos de licenciamento e autorização, elaboração e expedição de ofícios e agendamento de vistorias;-----
- r) Proceder às medições com vista à aplicação e liquidação das taxas;-----
- s) Proceder à emissão dos alvarás de licença e de autorização decorrentes dos processos aprovados cuja instrução coube às subunidades orgânicas da divisão;-----
- t) Fornecer certidões e cópias autenticadas dos projetos e cartografia em geral, incluindo os referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis;-----
- u) Colaborar com a área financeira, na elaboração de estudos económico-financeiros que sustentem a opção de contratação de serviços externos no âmbito das suas áreas de intervenção e na elaboração de documentos necessários ao lançamento de processos pré-contratuais, e prestar a colaboração técnica necessária com vista à sustentação das decisões de adjudicação;-----
- v) Elaborar propostas e pareceres sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município, nas áreas da sua competência;-----
- w) Praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes, ao cabal e completo desempenho das suas competências e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe forem fixados pelo presidente da Câmara.-----

II – A Divisão Municipal de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU) tem como objetivos promover as medidas de proteção do ambiente, através da sensibilização ambiental, da carta energética, da gestão e manutenção dos espaços verdes, da gestão dos resíduos e dos respetivos sistemas de deposição, bem como promover a higiene pública e a gestão do parque de viaturas, máquinas e oficinas, competindo-lhe -----

- a) Programar, organizar e dirigir de forma integrada as atividades na área do ambiente;--
- b) Assegurar a gestão e manutenção do parque de viaturas municipais, a manutenção e conservação do equipamento e espaços urbanos municipais e ainda a prestação de serviços à população no âmbito da higiene pública;-----
- c) Acompanhar e assessorar tecnicamente as entidades municipais e intermunicipais que gerem o tratamento e deposição dos resíduos sólidos e participar na definição de orientações estratégicas, designadamente junto da ERSUC;-----
- d) Assegurar no Sistema de Informação Geográfica, a georreferenciação da informação ambiental produzida;-----
- e) Colaborar com a área financeira, na elaboração de estudos económico-financeiros que sustentem a opção de contratação de serviços externos no âmbito das suas áreas de intervenção e na elaboração de documentos necessários ao lançamento de processos pré-contratuais, e prestar a colaboração técnica necessária com vista à sustentação das decisões de adjudicação;-----
- f) Elaborar propostas e pareceres sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município, nas áreas da sua competência;-----
- g) Praticar todos os atos não explicitamente referidos mas necessários e inerentes, ao cabal e completo desempenho das suas competências e que visem a prossecução dos objetivos que anualmente lhe forem fixados pelo presidente da Câmara.-----

III – À Divisão Municipal de Ação Social e Educação (DASE) concebe, promove e executa as políticas e programas municipais na área da ação social e educação, competindo-lhe: ----

- a) Nas áreas de intervenção social e saúde:-----
 - 1) Efetuar estudos que detetem as carências sociais da comunidade e de grupos específicos;-----
 - 2) Propor as medidas adequadas a incluir nos planos de atividades anuais e plurianuais e executar as ações previstas nos referidos planos;-----
 - 3) Efetuar inquéritos sócioeconómicos e outros solicitados ao município;-----
 - 4) Colaborar com as instituições vocacionadas para intervir na área da ação social;
 - 5) Elaborar estudos que detetem as carências de habitação e identifiquem as áreas de parques habitacionais degradados e fornecer dados sociais e económicos que determinem as prioridades de atuação;-----
 - 6) Estudar e identificar as causas de marginalidade e delinquência específicas ou de maior relevo na área do município, propondo as medidas adequadas com vista à sua eliminação;-----
 - 7) Apoiar socialmente as instituições assistenciais, educativas e outras existentes na área do município;-----
 - 8) Efetuar estudos que detetem as carências da população em técnicos e equipamento de saúde e propor as medidas adequadas à sua resolução;-----
 - 9) Recolher as sugestões e críticas das populações ao funcionamento dos serviços de saúde;-----
 - 10) Promover as medidas tendentes à prestação de cuidados de saúde às populações mais carenciadas;-----

- 11) *Propor medidas com vista à intervenção do município nos órgãos de gestão do centro de saúde, designadamente no conselho consultivo de saúde;-----*
- 12) *Colaborar com os serviços de saúde no diagnóstico da situação sanitária da comunidade, bem como nas respetivas campanhas de profilaxia e prevenção;---*
- 13) *Executar as demais tarefas relacionadas com os serviços.-----*

b) Nas áreas da educação:-----

- 1) *Programar ações de desenvolvimento a integrar nos planos de atividades do município e executá-las;-----*
- 2) *Superintender na gestão dos estabelecimentos de ensino pré-escolar;-----*
- 3) *Executar as ações no âmbito da competência administrativa do município no que se refere às escolas do ensino básico;-----*
- 4) *Organizar, manter e desenvolver a rede de transportes escolares, assegurando a respetiva gestão;-----*
- 5) *Fomentar as atividades complementares de ação educativa, pré-escolar e de ocupação de tempos livres;-----*
- 6) *Estudar as carências em equipamentos escolares e propor a aquisição e substituição de equipamentos degradados;-----*
- 7) *Promover e apoiar o desenvolvimento de programas de qualificação pessoal e profissional;-----*
- 8) *Estudar e propor os tipos de auxílio a prestar a estabelecimentos particulares de educação e obras de formação educativa existentes na área do município;-----*
- 9) *Executar as demais tarefas relacionadas com os serviços.-----*

No caso de a presente proposta merecer acolhimento, os efeitos da deliberação ficam suspensos até à aprovação da reestruturação dos serviços municipais pela Assembleia Municipal.-----

--- Posto a votação, registaram-se 3 (três) votos a favor e 3 (três) contra. -----

--- Verificando-se empate na votação, o Senhor Presidente da Câmara exerceu voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo a proposta de Criação de Unidades Orgânicas Flexíveis - Divisões Municipais, sob condição suspensiva sido aprovada por maioria.-----

--- Votaram contra os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

7 - DISCUSSÃO A APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PENACOVA PARA 2013, A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

--- Senhor Vereador Ricardo João Stevens Ferreira Simões -----

--- Referiu-se aos lugares que estão previstos no Mapa de Pessoal para 2013, sendo um Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, um assistente técnico para a área da educação e dois assistentes operacionais - um para a área dos Serviços do Ambiente e Serviços Urbanos e outro para os Serviços de Ação Social e Educação.-----

--- De salientar que para o ano de 2013 e face ao Orçamento Geral do Estado, a redução de pessoal contratado a tempo indeterminado será na ordem dos 2%, que no caso do Município de Penacova serão três pessoas, o que é possível cumprir em resultado das aposentações que vierem a ocorrer. Em termos dos contratos a termo certo, terá de haver uma redução de 50%, que corresponde a seis pessoas.-----

MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE PENACOVA PARA 2013
- RESUMO DOS POSTOS DE TRABALHO -

UOFlex2	Chefe de Divisão			Serviços	SUO	TÉCNICO SUPERIOR				ASSISTENTE TÉCNICO				ASSISTENTE OPERACIONAL								T A F	OBSERV.		
	OCUP	PREV	TOT			C TRC	COORD. TÉCNICO		ASSISTENTE TÉCNICO		ENCARREG. OPER.		ASSISTENTE OPERACIONAL		C TRC										
							OCUP	PREV	TOT	OCUP	PREV	TOT	OCUP	PREV		TOT	OCUP	PREV	TOT	C TRC					
COMISSÃO DE SERVIÇO				Gabinetes		OCUP	PREV	TOT	C TRC	OCUP	PREV	TOT	C TRC	OCUP	PREV	TOT	C TRC	OCUP	PREV	TOT	C TRC				
				GAPres																	2	Chefe de Gabinete e Secretária			
				GAVer																	1	Secretário			
				SMPC																					
				GDES																					
				SMV		1		1													1				
				SFM								1		1							1	Fiscal Municipal			
				GCI																					
				GAM-BIA																					
				SAG	2		2					5		5							1				
				SGFP	3		3			1		1	2	2											
DGPU	1		1	NIMA	1		1																		
				TES						1		1										16			
				SPTGU	2		2					5		5	1			1		1					
				SOP	2		2			1		1										13			
DASU		1	1	SAUSP													1		27	1	28				
				GTF	1		1																		
				SOVEVM	1		1										1		14		14				
DASE	1		1	SAS	2		2		1		1	3	3				1		1		1				
				SE	1		1					3	1	4				35	1	36	6	55			
				STur	1		1					1	1									2			
				SCBM	1		1					2	2							1	2	6			
				SDJ																1	2	3			
				Tot Parc1	18		18			4		4	22	1	23	1		2		80	2	82	11		
Totals:					2	1	3										2		80	2	82	11	17	Técnicos AEC	
				SE				17															164		
				Tot Parc2	18		18	17		4		4	22	1	23	1		2		80	2	82	11		

Direção Intermediária	Carreiras	Cargos	Categorias	CS			CTI			CTTR			Mobilidade			Totais		
				Ocup	Prev	Tot	Ocup	Prev	Tot	Ocup	Prev	Tot	Ocup	Prev	Tot	Ocup	Prev	Tot
GAPres e GAVer	Chefe Gabinete	Secretário	1			1										1	0	1
			2			2										2	0	2
Dirigente		Chefe de Divisão	2	1		3										2	1	3
Técnico superior		Técnico superior					17		17							17	0	17
Carreiras de informática		Especialista Inf.					1		1							1	0	1
		Técnico Informát.														0	0	0
Assistente técnico		Coord. Técnico					4		4							4	0	4
		Assist. Técnico					20	1	21	1			1	1		22	1	23
Fiscal municipal		Especialista Pr					1		1							1	0	1
Assistente operacional		Encarreg. oper.					2		2							2	0	2
		Assist. operacion.					79	2	81	11			11			90	2	92
Fiscal de obras		Fiscal de obras					1		1							1	0	1
				5	1	6	125	3	128	12		12		0	1	143	4	147
Docente EB		Técnicos AEC								17		17				17	0	17
																160	4	164

Proposta aprovada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária de dd/12/2012.
Aprovado pela Assembleia Municipal, na sessão ordinária realizada em dd/12/2012.

Paços do Município de Penacova, 19 de dezembro de 2012. - O Vereador, Ricardo Simões.

Mun_PCV / Mapa de Pessoal de 2013

--- Posto a votação, o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais de Penacova para 2013, foi aprovada por maioria com 3 (três) votos a favor e 3 (três) abstenções
Abstiveram-se os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

--- Declaração de Voto: -----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Apesar de nos pontos relativos à reorganização dos serviços que levam à criação de unidades orgânicas, terem votado contra, no que respeita ao mapa de pessoal, ressalvando a criação da nova divisão, concordam com o que é proposto, pelo que o sentido de voto foi a abstenção.-----

8 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GOP - GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENACOVA, DO ANO DE 2013.

--- Senhor Presidente da Câmara -----

--- Apresentou em simultâneo as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, fazendo uma breve resenha dos aspetos essenciais, que definiram as opções políticas para o próximo ano, em termos orçamentais.-----

--- Destacou que o orçamento reflete a atual conjuntura, verificando-se uma redução de valores significativa, na ordem dos 14% no seu valor global em relativamente a 2012, de 17.560.017€, para 15.050.827€. -----

--- Deste total, 9.012.516€ é a despesa definida nas Grandes Opções do Plano, destacando os valores mais significativos e as áreas para onde vai ser canalizado o investimento:-----

--- - A Educação, Saúde, Ação social, continua a ser a área onde se pressupõe maiores recursos e provavelmente assim continuará a ser durante os próximos anos, prevendo-se, um investimento global de 2.246.147€; -----

--- - Transportes e vias de comunicação constituem a segunda grande rubrica, uma área onde têm ainda um caminho a percorrer e que vai somar o total de cerca de 1.500.000€ de investimento; -----

--- - Ainda com 1.127.349€, constam os projetos na área da reabilitação dos espaços públicos e turismo, onde se inclui a recuperação de espaços que visam a uma utilização turística; -----

--- - Existem ainda duas áreas com um investimento significativo: na cultura, uma aposta que tem vindo a ser concretizada por este Município, com 659.990€ e no apoio às Juntas de Freguesia, com um valor de transferências previstas de 633.000€.-----

--- Estas são as grandes prioridades que definimos para captar a maioria dos recursos disponíveis e as que têm uma importância maior ao nível dos projetos. -----

--- Gostariam de ter tido outra flexibilidade, mas esta é a realidade com a qual podem contar para a elaboração dos documentos previsionais e efetivamente ainda não foi possível ter margem suficiente para gerir os investimentos de outra forma, sendo esta a proposta que apresentam para o próximo ano.-----

--- Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes-----

--- Reportando-se às Grandes Opções do Plano, fez uma análise sucinta, destacando: -----

--- Na rubrica 02 - Ensino não Superior - consta um investimento de 5.000€ para o Centro Educativo da Aveleira. Embora esteja definida despesa para 2014, dado os montantes previstos, admite que este é um projeto que se encontra deferido no tempo. -----

--- Ainda na rubrica 02 – Ensino não Superior - constata que contempla todo o conjunto de atividades que têm sido prática; -----

--- Ao nível da Protecção Civil, considera que o investimento previsto não é muito significativo.-----

--- Questionou na área de Ação Social – Transferências Infra-Estruturas Sociais – se destinam às IPSS. -----

--- No que se refere ao montante previsto ao nível do saneamento, gostaria que tivessem sido um pouco mais ambiciosos, já que a verba definida é pouco elevada.

Relativamente ao Abastecimento de Água - Remodelação de Água às Freguesias do Concelho – com uma dotação de 110.000€, espera que comporte a melhoria do sistema de

abastecimento a Sazes e Friúmes, que é uma mais valia, pois estas populações necessitam de água com melhor qualidade. Apesar de constar também a condução de distribuição de água a Sazes e Friúmes, com dotação para 2014. -----

--- Perguntou a que se refere a rubrica de Refuncionalização do Património Edificado, com um total definido de 406.000€. -----

--- Salientou ainda o investimento previsto no Parque Municipal, uma das bandeiras do Executivo, onde constam apenas 20.000€, pelo que certamente não será ainda este ano.----

--- Na rubrica Cultura – Eventos Culturais / Turismo, com 69.000€, presume que se incluem aqui as Festas do Município. -----

--- Verifica ainda, nomeadamente ao nível das vias de comunicação, que existem rubricas abertas que certamente não serão para executar, dado o reduzido montante com que se encontram dotadas, como: Estrada do Bairro de Lorvão, Variante do Outeiro Longo, Variante de Telhado, Variante do Cunhedo, Pavimentações no Travasso, entre outras. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Em resposta às questões colocadas expôs:-----

--- Quanto à construção do Centro Educativo da Aveleira, é efetivamente um projeto diferido no tempo. Em 2013 não está planeado fazê-lo, pela razão óbvia de que têm ainda para resolver a questão do Centro Educativo de Lorvão, só posteriormente - Câmara, populações, DREC, entre outras – poderão pensar na possibilidade de levar por diante o de Aveleira.-----

--- Relativamente às verbas para a Proteção Civil também é verdade que os montantes orçamentados são os mesmos que já vêm de alguns anos, como valores históricos. De qualquer forma, sempre que são solicitados, nomeadamente pelos Bombeiros, têm conseguido acompanhar os investimentos e o esforço que esta Associação tem feito, na procura de financiamento, nomeadamente através do POVT e Leader, reforçando os valores paulatinamente, em cada ano. -----

--- No que se refere às transferências Infra-Estruturas Sociais, destinam-se às IPSS, relativos a investimentos que estão a ser executados. -----

--- Em relação ao saneamento e abastecimento de água, admite que as necessidades vão mais além, de qualquer forma, atendendo à realidade orçamental como condicionante, foram modestos na definição dos objetivos de investimento. Isto sem prejuízo de que, caso o POVT aprove alguma das candidaturas entregues no final deste ano, possam canalizar esses recursos para investimentos nesta área, através de alterações orçamentais. O caso do saneamento a Chelo e Chelinho não carece de qualquer investimento adicional por parte do fornecedor em alta, podendo ser servidas a partir de ETAR de Penacova. -----

--- Também espera que se possa resolver a questão do abastecimento de água a Sazes e Friúmes, caso seja disponibilizada alguma verba do POVT, sendo que os projetos estão a ser elaborados. No caso de Friúmes estão também dependentes das Águas do Mondego, eventualmente do Município de Vila Nova de Poiares, enquanto Sazes, tendo recursos financeiros, poderão abastecer a freguesia através do reservatório do Alto da Espinheira. ----

--- Relativamente às vias de comunicação que foram referidas, de facto não serão para executar pelos valores cabimentados, é meramente o sinal que querem dar de que é um investimento que pretendem efetuar, assim tenham recursos para o efeito. Se isso não acontecer ficam meramente com a abertura da rubrica. -----

--- A refuncionalização do património edificado refere-se ao edifício onde funciona atualmente o Tribunal -----

--- Quanto ao Parque Municipal, considera que se gastarem os 20.000€, já é um bom investimento, atendendo ao que tem sido a realidade nos últimos anos. De qualquer forma, independentemente de pequenas obras de conservação que se devam fazer e estes 20.000€ serão essa parte, entende que devem pensar no Parque Municipal como espaço integrado no Parque Verde. -----

--- Contudo são opções, admite que em termos de regeneração urbana está vocacionado para S. Pedro de Alva e Lorvão e só depois se concentrará na questão do Parque Verde e do Parque Municipal. Sem prejuízo de que estão disponíveis para receber sugestões, procurando a melhor utilização dos espaços, pois os técnicos têm uma palavra a dizer, mas também, como cidadãos, como políticos e como decisores, o podem fazer.-----

--- A verba prevista em Eventos Culturais / Turismo contempla as Festas do Município e outros eventos culturais que pretendem realizar durante o próximo ano. -----

--- **Senhor Vereador Roberto António Ferreira Barbosa.**-----

--- Solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente: -----

--- Questionou se na rubrica de saneamento está prevista alguma verba para ser adstrita à obra da povoação da Carvoeira. -----

--- Reportou-se de seguida à Regeneração Urbana do Centro Histórico de Lorvão, com uma dotação de 62.000€. Sobre esta matéria, salientou que caso tivesse funções executivas, este teria sido um dos primeiros projetos a candidatar, até atendendo ao nível de co-financiamento envolvido, considerando que é necessário refletir sobre o montante que se pretende investir na Casa do Monte e na reabilitação urbana. Poderá ser desprovido estar a investir mais na Casa do Monte, sem planos concretos para avançar com a reabilitação urbana da Vila de Lorvão. -----

--- No que se refere ao gás das piscinas municipais, tem uma verba definida no total de 130.000€, o que é um valor considerável. Já anteriormente sugeriu a elaboração de um estudo económico realizado pelos serviços do município para aferir da conveniência em substituir o queimador a gás por um queimador a pellets, presumindo que se conseguiria uma poupança na ordem dos 30 a 40% ao ano. Acrescentou que esse valor de poupança, se consideramos o período de um mandato, representa por exemplo a comparticipação do Município nas obras de reabilitação urbana de Penacova. -----

--- Sendo esta uma rubrica com um valor significativo, todos os anos, julga que se tem de olhar para ela de uma forma especial e com alguma urgência, pois há diversas formas de adquirir este tipo de equipamentos. -----

--- Questionou ainda, a se refere no capítulo 02 – Indústria e Energia – Infraestruturas – a rubrica com uma dotação de 350.000€. -----

--- Verifica que são contempladas as pavimentações da Freguesia de Carvalho e também da freguesia de Lorvão. Relativamente a esta última pretende saber se efetivamente será para concretizar em 2013, pois passou recentemente em Aveleira e Rôxo e pôde voltar a constatar o estado de degradação destas vias, alertando novamente para este facto. Acrescentou ainda que apesar de estar previsto, se será mesmo para executar a 100%, o que se espera pelo menos em relação a Aveleira, Rôxo e S. Mamede, atendendo ao estado dos pavimentos. -----

--- Por último, referiu-se à rubrica da Pista de Pesca com uma dotação de 62.000€. Como no Relatório da Penaparque consta uma concessão, gostaria de saber como pretendem enquadrar este investimento nessa concessão. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Relativamente ao exposto salientou: -----

--- A verba que consta nas Grandes Opções do Plano, relativa a saneamento, destina-se basicamente à obra na povoação da Carvoeira. -----

--- Quanto à eventual candidatura de regeneração urbana de Lorvão, quando este Executivo tomou posse havia, por parte do Município de Penacova uma pré-candidatura de regeneração urbana do Centro Histórico de Penacova. Reconhecendo a importância histórica de Lorvão, no entanto, sendo Penacova sede do concelho e existindo esta pré-candidatura, assume que a prioridade foi dada a Penacova e muito bem. Lorvão também merece uma obra desta natureza e certamente que a terá, contudo a decisão foi executar primeiro a obra de regeneração urbana de Penacova. -----

--- Em relação ao investimento efetuado na Casa do Monte, tem dois objetivos fundamentais: em primeiro lugar dar o exemplo naquilo que é património propriedade do Município, e segundo lugar foi aproveitar a possibilidade de candidatar esta obra a um fundo comunitário que estava disponível, nomeadamente através do Leader. Efetivamente não tem qualquer dúvida que é mais importante a reabilitação urbana, no seu todo, do que só a Casa do Monte. -----

--- Relativamente ao gás das piscinas de facto não lhe pode dar mais razão e na realidade só não tem um discurso mais rude porque o Senhor Vereador falou educadamente, pois com certeza absoluta que as piscinas já gastam gás há muitos anos. É verdade que o preço hoje também é diferente e tem outro efeito financeiro, mas sempre foi uma das primeiras preocupações que teve - tentar encontrar soluções para reduzir esse consumo. Neste momento têm adjudicado a aquisição de uma caldeira de redução de gás, que supostamente diminui em 30% o consumo. -----

--- Também foram colocadas baterias por causa da energia reativa e já se verificou uma redução na fatura deste mês, com uma instalação simples. -----

--- Em relação ao gás, também tem a expectativa de que o consumo venha a ser reduzido. Quanto ao capítulo da Indústria e Energia – Infraestruturas, refere-se ao Parque Empresarial da Alagôa, em relação a obras executadas e a executar.-----

--- No que se refere às pavimentações e da forma como este orçamento foi elaborado, com toda a segurança, conseguirão investir 485.000€ em Carvalho e 492.000€ em Lorvão. Neste setor ainda tem a expectativa de ir mais além, pois nomeadamente em relação a Carvalho a obra já está a decorrer e na freguesia de Lorvão estão a ultimar o processo para lançar o procedimento de concurso para as pavimentações de S. Mamede, Aveleira e Rôxo. -----

--- Em relação à pista de pesca, são valores previsíveis para eventuais reparações que possam ser necessárias, como se verificou este ano com o rombo do açude. -----

--- Quanto à concessão, pensa que se refere a um acordo que existia entre a empresa do grupo EDP que gere a Mini-Hídrica da Raiva e o Clube Cultural de Penacova, no sentido de pagarem o valor de uma concessão / renda. A negociação que foi feita era que esse valor passasse para a Penaparque e isso está em cima da mesa, sendo esse valor uma receita desta empresa. -----

--- **Senhor Vereador Roberto António Ferreira Barbosa** -----

--- Esclareceu que quando falou no investimento da reabilitação urbana de Lorvão, nunca referiu que o mesmo era em detrimento das obras de regeneração do Centro Histórico de Penacova, mas sim que deveria ter sido dado andamento ao processo que poderia estar hoje a ser iniciado no terreno.-----

--- Relativamente à poupança do gás, assinala que tenha essa preocupação, por sua iniciativa, registado também o mesmo assunto já foi referido em outras reuniões em que se falou sobre poupança nas despesas. -----

--- Posto a votação, registaram-se 3 (três) votos a favor e 3 (três) contra. -----
--- Verificando-se empate na votação, o Senhor Presidente da Câmara exerceu voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo as GOP - Grandes Opções do Plano do Município de Penacova, do ano de 2013, sido aprovadas por maioria. -----
--- Votaram contra os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

--- **Declaração de Voto** -----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Começou por lembrar um compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, e que tem a ver com os *timings* para entrega dos documentos e do eventual envolvimento dos Vereadores da oposição. -----

--- O Senhor Vereador Luís Morgado no ano transato fez referência ao não cumprimento da Lei 24/2008 – Estatuto do Direito da Oposição, “porque não ouviu, não solicitou qualquer contributo aos Vereadores do PSD”. -----

--- O Senhor Presidente respondeu, nessa altura, que gostaria de envolver os Vereadores e os técnicos de molde a que em Setembro, tivesse já elementos que pudesse facultar, de modo a cumprir as obrigações legais e não deixando de pedir a opinião dos Vereadores da oposição. A verdade é que não o conseguiu fazer e apesar de terem dado alguns contributos na discussão destes documentos, gostariam de ter sido mais incisivos, se tivessem tido tempo para fazer uma análise mais detalhada. -----

--- Por outro lado, este orçamento continua a não ter em conta as novas recomendações que têm sido feitas aos municípios, que decorrem da legislação, nomeadamente do Tribunal de Contas, de que “a elaboração do orçamento municipal deve cumprir o disposto no ponto 3.3 do POCAL, procedendo de forma a que o orçamento seja ajustado à realidade, para que por esta via se evite a existência de graus de execução reduzidos”. Efetivamente é o que tem acontecido, os graus de execução tem sido na ordem dos 50%, o que é manifestamente insuficiente. -----

--- Ou seja, o que o Tribunal de Contas pretende dizer que têm de ser mais realistas e o que verifica é que neste orçamento ainda continuam a aparecer receitas na ordem dos 3.869.642€, relativas a Venda de Bens de Investimento. Sendo esta receita, na sua maioria, impossível de concretizar, o orçamento real seria apenas de cerca de 11.000.000€ e era com base nesse valor que deviam trabalhar, pelo menos face às recomendações que têm sido feitas. -----

--- Acresce ainda que, segundo lhe chegou ao conhecimento, contrariamente ao que era habitual, não houve o envolvimento das Juntas de Freguesia, que também não foram ouvidas. Algumas delas como sabe, até mesmo para os seus orçamentos precisam de saber com o que podem contar e qual o contributo da Câmara, dando também o seu contributo ao orçamento. -----

--- Tendo em conta estes ajustamentos e todo este conjunto de situações elencadas, não têm condições para votar favoravelmente o orçamento e nessa medida votaram contra. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Referiu que entende o esforço do Senhor Vereador para encontrar justificações para votar contra o orçamento, porque são opções políticas. -----

--- De qualquer forma a razão não está toda do seu lado, pois é verdade que no ano passado disse que o orçamento poderia estar pronto em Setembro e podia desde que as premissas para a sua elaboração não sejam condicionados por algo que não seja a despesa do ano seguinte. Contudo, o que a Técnica que trabalha mais de perto na elaboração destes documentos lhe diz, e que entende, é que o histórico do ano que termina, condiciona o orçamento do ano seguinte. Ou seja, quanto mais se aproximar o final do ano maior é o rigor quanto ao valor da dívida, que vai ser cabimentada no orçamento do ano seguinte. -----

--- Na realidade em Setembro já sabia o que poderiam fazer em 2013, as restrições existentes e quais as opções em termos de GOP, apenas desconhecia a dimensão financeira de cada uma delas, nomeadamente por via dos passivos que transitam e que condicionam a elaboração do valor do orçamento. -----

--- Quanto à questão dos prazos, admite que possam não ter sido os mais razoáveis, no entanto a primeira versão foi remetida antecipadamente e esta não é muito diferente. A partir desse momento teriam toda a legitimidade para poderem opinar e apresentar todas as propostas. -----

--- Relativamente às Juntas de Freguesia, não sabe do que se queixam, pois em 2010 o Município de Penacova foi o 31º em transferências para as Freguesias, a nível nacional. A rubrica relativa a transferências para as Freguesias tem um total de 633.000€, que normalmente é executada na sua totalidade. -----

--- Os valores estão de acordo com as disponibilidades do Município e em consonância com as conversas que têm tido com os Senhores Presidente de Junta e que eles sabem que é possível. É certo que gostaria de fazer refletir nestes documentos todas as preocupações dos Senhores Presidentes de Junta, todas as preocupações dos Senhores Vereadores e também as suas, mas admite que isso não é possível. De facto aqui nem consegue refletir as suas preocupações, muito menos as preocupações de todos os outros enquanto penacovensens. -----

--- **Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes**-----

--- Relativamente ao exposto pelo Senhor Presidente da Câmara salientou que no ano transato a discussão do orçamento foi no dia 16 de Dezembro e este ano estão a propor a 9ª alteração ao orçamento. Não sendo técnico nesta matéria, considera que são alterações a mais. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara**-----

--- Argumentou que a solução é suborçamentar todas as rubricas, pois quando se tenta ajustar o mais possível à realidade é isto que pode acontecer. Isto sabendo que constam 750.000€ de despesa de capital que não vão ser executadas – 150.000€ de pagamento de

empréstimo de curto prazo que vai ser pago até ao final do ano, mas como isso ainda não se verificou é necessário inscrevê-lo em orçamento e ainda o montante previsto para refuncionalização do edifício onde funciona o Tribunal. As obras para mudança destes serviços vão iniciar-se brevemente, mas de qualquer forma mesmo que a intervenção no outro edifício se concretize, não será certamente em 2013, no entanto estes valores contam do orçamento. Como já respondeu em outras ocasiões - orçamentos são orçamentos e contas são contas. -----

9 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENACOVA, DO ANO DE 2013.

--- Foi presente ao Executivo a proposta de Orçamento para 2013, que regista um montante global de 15.050.827€ (quinze milhões, cinquenta mil e oitocentos e vinte sete euros). -----

--- Posto a votação, registaram-se 3 (três) votos a favor e 3 (três) contra. -----
--- Verificando-se empate na votação, o Senhor Presidente da Câmara exerceu voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, tendo o Orçamento do Município de Penacova, do ano de 2013, sido aprovado por maioria.-----
--- Votaram contra os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

10 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PREVISTOS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2013.

--- O **Senhor Presidente da Câmara** apresentou a seguinte informação: -----

Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Plurianuais no âmbito do subsector local.

Considerando, por um lado, o disposto no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através da locação com opção de compra, locação financeira, locação venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetuada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;-----*
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.-----*

Considerando, por outro lado, a alínea c) do nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso. E que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os Municípios e parcerias público-

privadas, está sujeita, no que respeita às entidades de administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Considerando que o artigo 11.º Decreto-Lei Nº 127/2012, de 21 de junho que visa regulamentar a citada Lei dos Compromissos, nos termos do artigo 12º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Propõe-se, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando aplicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal, relativamente à Câmara Municipal: -----

1 – Para os efeitos previstos nas alíneas c) do art. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal de Penacova, nos casos seguintes: -----

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; -----
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos. -----

2 – A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

3 – A Câmara Municipal poderá delegar ao Presidente da Câmara Municipal de Penacova a assunção de compromissos plurianuais, relativamente a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante previsto por Lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

5 – Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

Mais se propõe a aprovação desta proposta de minuta. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

11 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2013.

--- O Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte informação: -----

Informação Relativa a Empréstimos de Curto Prazo para ano 2013

Dada a sazonalidade da cobrança de receita municipal ao longo dos últimos anos provoca alguns desequilíbrios na gestão de tesouraria que importa salvaguardar. Nos termos do n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais – LFL), os municípios podem contrair empréstimos e utilizar abertura de crédito de curto prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. -----

A lei das Finanças Locais, inscreve o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com estes constrangimentos, fixando desde logo, o limite máximo de um ano para estes créditos. -----

Os empréstimos de curto prazo, com maturidade até um ano, são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, devendo ser amortizados no prazo máximo de um ano da sua contratação. Caso estes empréstimos não sejam amortizados até 31 de Dezembro, do ano da sua contratação, acresce o n.º 4 do artigo 39.º que, o montante em dívida revela para efeitos do cálculo do limite dos empréstimos de médio e longo prazo. -----

O montante dos contratos de empréstimos a curto prazo não pode exceder, em qualquer montante do ano, 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do Sector Empresarial Local, relativas ao ano anterior (n.º 1 do artigo 39.º da LFL).-----

Limite para contratação empréstimo curto prazo (data 12/12/2012)

Receitas Municipais 2....a) (1+2+3+4+5) 2012	6.526.063,66
---	---------------------

1. Impostos Municipais	915.777,66
Imposto Municipal sobre Imóveis	621.097,56
Imposto único de circulação	218.557,86
Imposto Municipal S/ Trans. Onerosas Imóveis (IMIT)	76.122,24
Contribuição Autárquica	0,00
Imposto Municipal de Sisa	0,00
2. Participações do Município no Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5.514.533,00
3. Participação no Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas singulares (IRS)	95.753,00
4. Derrama	0,00
5. Participação nos resultados das entidades do setor público empresarial	0,00
Limite Empréstimo Curto Prazo	652.606,37

Tendo em conta o disposto nas alíneas b) e d) do nº 2 do artigo 53º da Lei N.º 169/99, de 18 /09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, em articulação com o estabelecido no n.º 7 do artigo 38.º da LFL, é da competência da assembleia municipal aprovação dos documentos previsionais da autarquia local, bem como a aprovação ou autorização da contratação de empréstimos, sendo que o órgão deliberativo pode, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, deliberar sobre a aprovação de todos os empréstimos de curto prazo a contrair durante o período de vigência do orçamento. -----

Por sua vez, e atendendo ao disposto na alínea d) do ponto 3.3.1 do POCAL “as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respetivo contrato”, pelo que, em sede elaboração do orçamento inicial, não devem constar as respetivas importâncias a contratar.

Aprovado o montante do empréstimo a contratar para o ano pelo órgão competente, proceder-se-á, de acordo com a legislação, à sua efetiva contratação, à correspondente inscrição orçamental da receita e à inscrição das despesas que decorrerão com o seu pagamento. -----

Caso o montante a contratar no ano seja igual ao montante a amortizar no ano, e o mesmo que, o orçamento inicial do município não tenha rubricas económicas da receita e da despesa dotadas, pela aplicação da regra previsional supra referido, pode-se, por força do disposto nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL, proceder à devida alteração orçamental.

Caso o montante a contratar no ano seja superior ao montante a amortizar no ano, a dívida resultante da celebração deste contrato de empréstimo, pelo facto de não ser amortizada até

ao termo do ano da sua contratação, deixa de ser dívida flutuante e passa a ser dívida fundada, logo o respetivo contrato fica sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas, segundo o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei nº 98/97, de 26/08 (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas). -----

Por último, com suporte no contrato de empréstimo, devidamente assinado pelas partes envolvidas, a autarquia local deve, mediante estorno se for caso disso, adequar os montantes de despesa cabimentadas na fase anterior aos montantes efetivamente a pagar no ano por conta deste empréstimo, os quais serão igualmente relevados ao nível dos compromissos. Caso do mesmo contrato, que deverá ser amortizado no prazo de um ano a contar da data da sua contratação, resultem amortizações e juros a satisfazer no exercício económico seguinte, devem os correspondentes montantes ser registados nas devidas subcontas das contas 04 – Orçamento – Exercícios futuros e 05 – Compromissos – Exercícios Futuros. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

12 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSIÇÃO DE COMPROMISSOS DO CENTRO EDUCATIVO LORVÃO PARA O ANO DE 2013.

--- O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que relativamente à empreitada de “Construção Centros Educativos – (EB1) Lorvão” e ao contrato de “Prestação de Serviços Revisão do Plano Diretor Municipal de Penacova”, trata-se de compromissos assumidos antes da entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, que ainda não geraram faturação, pelo que se propõe a transferência destes compromissos para o ano de 2013, libertando assim fundos para a assunção de novos compromissos em 2012, que serão presentes a esta reunião, nomeadamente protocolos com as Juntas de Freguesia e transferências para associações. -

Informação

A empreitada encontra-se suspensa desde 11 de junho de 2012, previamente à retoma dos trabalhos é obrigação do adjudicatário remeter ao município plano de trabalhos e plano de pagamentos/cronograma financeiro, atualizado à situação atual, beneficiando do prolongamento de prazo equivalente ao período de suspensão. -----

*Como até á data, o adjudicatário não comunicou a intenção de retoma dos trabalhos apesar das razões que levaram à suspensão da empreitada terem sido regularizadas, não existindo qualquer previsão para a retoma dos mesmos, assim, como se trata de um compromisso assumido anteriormente LCPA, e tendo em conta que os compromissos anteriores à vigência da LCPA, acrescem aos compromissos nos respetivos períodos de liquidação, propõe-se uma correção ao referido compromisso em 2012, no montante por executar de **801.315,63€**, e que o mesmo se encontra inscrito no PPI de 2013, sendo contabilizado, nas respetivas contas 04 – orçamento exercícios futuros e 05 - compromissos exercícios futuros.* -----

Considerando a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os

municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Assim, vimos por este meio solicitar autorização para a assunção deste compromisso plurianual. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

13 – RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA COMPROMISSO PLURIANUAL DA OBRA "PAVIMENTAÇÕES NA FREGUESIA DE CARVALHO - CARVALHO ROTUNDA DO SEIXO", PARA O ANO DE 2013.

Informação

Considerando a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Tratando-se de uma empreitada cujo contrato foi celebrado em 15 de outubro de 2012 pelo valor de 309.761,28€, consignada em 19 de outubro de 2012, tendo como prazo de execução 120 dias, logo não ser possível executar todos os trabalhos no ano 2012. -----

De acordo com a informação técnica do responsável pela obra, foi registado o compromisso, sendo em 2012 o montante de 63.600,00€ e em 2013 o montante de 246.161,28€, pelo que deverá ser retificado o compromisso plurianual assumido. -----

Assim, vimos por este meio solicitar ratificação da assunção deste compromisso plurianual. -

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

14 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSIÇÃO DE COMPROMISSOS REFERENTE AO CONTRATO DE REVISÃO DO PDM PARA O ANO DE 2013.

Informação

Considerando a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Tratando-se de um contrato para o qual não existe faturação no ano 2012, e sendo um compromisso anterior à LCPA, propõe-se a transferência deste compromisso para o ano 2013, atendendo a que estes compromissos acrescem aos compromissos nas datas das respetivas liquidações. -----

Assim, de acordo com a cronograma de faturação, vimos por este meio solicitar autorização para transferência para 2013 deste compromisso plurianual, no valor de 41.512,50€. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal para aprovação. -----

15 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO N.º 9 AO ORÇAMENTO DE 2012.

--- Presente a alteração n.º 9 ao Orçamento de 2012, no total de 88.960,00€ (oitenta e oito mil novecentos e sessenta euros), com reforço das seguintes rubricas: -----

01 – Administração Autárquica -----

0102 010111 – Representação – 247,00€ (despesas de representação do Senhor Vice-Presidente, atendendo ao seu enquadramento remuneratório dado que passou à situação de aposentado);-----

0102 020209 - . Comunicações – 1.000,00€ (reforço para pagamento à Vodafone);-----

02 – Administração Geral -----

02 020224 – Encargos de cobrança de receita – 700,00€ (IMI, IMT e Imposto de Circulação);

02 060201 – Impostos e Taxas – 4.000,00€ (reembolsos de IMT e IMI); -----

02 06020304 – Serviços Bancários – 1.000,00€ (comissão do empréstimo de médio e longo prazo; -----

03 – Divisão Ambiente Serviços Urbanos Obras -----

03 010202 – Horas Extraordinárias – 2.240,00€;-----

03 010302 – Outros Encargos com a saúde – 755,00€;-----

03 020107 – Vestuário e artigos pessoais – 1.000,00€ (aquisição de equipamento de proteção civil);-----

03 020112 – Material de transporte – Peças – 2.900,00€ (pneus e peças);-----

03 020203 – Conservação de bens – 20.000,00€ (conservação de viaturas e outros equipamentos; -----

03 02 0225 – Outros serviços – 30.000,00€ (aquisições à Pensar, Mundicópia e inspeções de viaturas);-----

03 070106 - Material de Transporte – 8.700,00€ (reparação de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos); -----

04 – Cultura a Turismo, Bibliotecas Museus -----

04 020201 – Encargos das instalações – 500,00€ (reforço para pagamento de encargos com fornecimento de energia para o edifício da Biblioteca);-----

04 04050102 – Freguesias – 1.250,00€ (reforço para protocolo com a Freguesia de Lorvão para apoio à Feira de Artes);-----

05 – Educação e Ação Social -----

05 010111 – Representação – 46,00€ (reforço da rubrica para pagamento de despesas de representação da Chefe desta Divisão);-----
 05 010115 – Remuneração por doença e maternidade / paternidade – 1.573,00€ (relativo a pessoal da AEC's); -----
 05 010302 – Outros encargos com a saúde – 1.210,00€; -----
 05 0201029901 – Gás – 1.000,00€ (gás para o Jardim de Infância de Figueira de Lorvão);---
 05 020104 – Limpeza e higiene – 696,00€ (relativo a escolas e piscinas municipais); -----
 05 020201 – Encargos das instalações – 5.000,00€ (pagamento de energia do edifício das Piscinas e Centro Educativo); -----
 05 020220 – Outros trabalhos especializados – 400,00€ (análises de água das piscinas); ---
 05 070110 – Equipamento básico – Outro- 4.500,00€ (aquisição de equipamentos oferecidos aos Jardins de Infância e Escolas do 1 CEB do Município na Festa de Natal);-----
06 – Desporto e Juventude -----
 06 010113 – Subsídio de refeição – 243,00€ (reforço de verba ara os técnicos das piscinas em virtude do trabalho ao fim de semana); -----
 06 06020305 – Outras – 4.500,00€ (apoio à Corrida dos Moinhos e outros troféus para iniciativas do Município). -----

--- Posta a votação, a proposta de alteração n.º 9 ao Orçamento de 2012, foi aprovado por maioria com 3 (três) votos a favor e 3 (três) abstenções. -----
 --- Abstiveram-se os Vereadores Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa.-----

16 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO N.º 7 ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2012.

--- Foi presente a alteração n.º 7 às Grandes Opções do Plano de 2012, com reforço das seguintes rubricas:-----

02 211 Ensino Não Superior

02 211 2011 4 – Mobiliário e Equipamento – 4.500,00€ (aquisição de equipamentos oferecidos aos Jardins de Infância e Escolas do 1 CEB do Município na Festa de Natal);

02 246 Proteção Meio Ambiente Conservação Natureza -----

02 236 2002 29 – Grandes Reparações Equipamento Transporte – 8.700,00€ (reparação de viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos);-----

02 251 Cultura -----

02 251 20125040 – Apoio às Atividades Culturais das Freguesias – 1.250,00€ (reforço para protocolo com a Freguesia de Lorvão para apoio à Feira de Artes); -----

02 252 Desporto Recreio e Lazer -----

02 252 20125058 – Iniciativas e Eventos – Promovidos pelo Município – 4.500,00€ (apoio à Corrida dos Moinhos e outros troféus para iniciativas do Município). -----

--- Posta a votação, a proposta de alteração n.º 7 às Grandes Opções do Plano de 2012, foi aprovado por maioria com 3 (três) votos a favor e 3 (três) abstenções. -----

--- Abstiveram-se os Vereadores Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa.-----

17 - PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO, A APRESENTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DE RECRUTAMENTO EXCECIONAL, COM BASE EM RESERVAS DE RECRUTAMENTO INTERNAS, DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL (MANOBRADOR DE MÁQUINAS) E DE UM ASSISTENTE OPERACIONAL (ÁREA FUNCIONAL DE SERVIÇOS GERAIS).

PROPOSTA

Considerando que: -----

– No corrente ano, se deu cumprimento ao disposto no artigo 48.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012 –, com a cessação da relação jurídica de emprego público de treze trabalhadores, quando a exigência legal era de quatro; -----

– Dos seis trabalhadores que cessaram funções, por motivo de aposentação, três desenvolviam a sua atividade na área de condução de viaturas e máquinas, ficando os transportes escolares municipais e a área de salubridade pública (recolha de águas residuais) com graves carências em pessoal, justificando-se, assim, o recrutamento excecional de mais um assistente operacional; -----

– No procedimento concursal destinado à ocupação de um posto de trabalho de assistente operacional (manobrador de máquinas) – aberto pelo aviso n.º 20799/2011 (Ref. F), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 201, de 19/11/2011, e com lista de ordenação final homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 25 de outubro de 2012 –, foi constituída uma reserva de recrutamento interna contendo mais um candidato aprovado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril;-----

No exercício dos poderes delegados pelo ponto 3.A do Despacho n.º 1/PCM/Ver/2010, de 1 de junho, e ao abrigo do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, proponho que seja levado à Assembleia Municipal de Penacova o pedido de autorização de recrutamento excecional de mais um assistente operacional (manobrador de máquinas), oriundo da reserva de recrutamento constituída em 25/10/2012. -----

PROPOSTA

Considerando que: -----

– No corrente ano, se deu cumprimento ao disposto no artigo 48.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro – Orçamento do Estado para 2012 –, com a cessação da relação jurídica de emprego público de treze trabalhadores, quando a exigência legal era de quatro; -----

– A DASCDE – Serviços de Educação, no atual contexto socioeconómico, necessita urgentemente de reforçar o pessoal que desempenha funções indiferenciadas na área da ação social escolar assegurada pelo Município; -----

– No procedimento concursal destinado à ocupação de sete postos de trabalho de assistente operacional (área funcional de serviços gerais) – aberto pelo aviso n.º 3147/2011 Ref. A), publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 20, de 28/01/2011, e com lista de ordenação final homologada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 17 de agosto de 2011 –, foi constituída uma reserva de recrutamento interna contendo mais sete candidatos

aprovados, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril; -----

No exercício dos poderes delegados pelo ponto 3.A do Despacho n.º 1/PCM/Ver/2010, de 1 de junho, e ao abrigo do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, proponho que seja levado à Assembleia Municipal de Penacova o pedido de autorização de recrutamento excecional de mais um assistente operacional (área funcional de serviços gerais), oriundo da reserva de recrutamento constituída em 17/08/2011. -----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada, bem como remeter o assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

18 - RATIFICAÇÃO DA PRÁTICA DE ATOS NO ÂMBITO DO N.º 3 DO ART.º 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA ATUAL REDAÇÃO - AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE CRÉDITOS DA FIRMA ALBERTO COUTO ALVES, S.A., AO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

DESPACHO

--- Humberto José Baptista Oliveira, Dr., na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Penacova, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18/9, na redação da lei nº 5 – A/02 de 11 de Janeiro, autorizo a cessão de créditos de Alberto Couto Alves, S.A ao Banco Comercial Português, S.A., nos termos das disposições contidas no Código Civil, designadamente nos art. os 577º e 583º. -----

Nº Fatura	Data de Emissão	Data Vencimento	Valor da Fatura	Retenção	Valor Líquido
2012/112	30-11-2012	29-01-2013	61.475,50	2.899,79	58.575,71

Proposta

Ratificação da prática de Atos no âmbito do nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na atual redação-----

--- Por ser urgente e inadiável e na impossibilidade da Câmara reunir extraordinariamente autorizei a cedência de créditos da firma Alberto Couto Alves, S.A. ao Banco Comercial Português, S.A., nos termos das disposições contidas no Código Civil, designadamente nos art. os 577º e 583º.-----

Nº Fatura	Data de Emissão	Data Vencimento	Valor da Fatura	Retenção	Valor Líquido
2012/112	30-11-2012	29-01-2013	61.475,50	2.899,79	58.575,71

--- Assim, proponho a ratificação deste ato, nomeadamente a **autorização da cedência do crédito relativo à fatura nº 2012/112 da Empreitada “ Requalificação Urbana dos**

Espaços Públicos/Praça do Município” ao Banco Comercial Português, S.A., por se tratar de trabalhos efetivamente realizados. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara. -----

19 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO SERVIÇO DE TELEASSISTÊNCIA.

--- Este ponto não foi discutido. -----

20 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO MUNÍCIPE CIRILO DOS SANTOS, ALOJADO NO BLOCO HABITACIONAL DA EIRINHA.

Informação

No passado dia 7 de dezembro o munícipe Cirilo dos Santos, que vivia na rua há mais de 5 anos, foi alojado num pequeno apartamento da Câmara Municipal. -----
Apesar de no final do ano de 2009 ter estado integrado na Santa Casa da Misericórdia de Penacova, graças ao esforço desta Instituição que deu prioridade à situação, após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Humberto Oliveira e do Padre Rudolfo, o munícipe em causa apenas ali permaneceu um mês, tendo saído por sua vontade no final de dezembro. -----

Posteriormente, ao longo do ano de 2010, o serviço de ação social da Câmara Municipal continuou a efetuar esforços no sentido de obter uma resposta de alojamento, ajudando-o a encontrar uma habitação para arrendamento, mas não foram encontradas soluções. -----

A situação do sem-abrigo Cirilo dos Santos tem preocupado a Câmara Municipal ao longo destes anos, levando-a a efetuar um levantamento em instalações municipais diversas onde fosse viável encontrar um espaço adequado para residência do sr. Cirilo. Foi assim que surgiu a possibilidade de transferir dois serviços que funcionavam no R/Chão do edifício da eirinha para o edifício das Piscinas Municipais, o GIP e o Gabinete da Agricultura, para se poder proceder a obras de melhoria e adaptação desse espaço, de forma a adequar-se ao realojamento deste munícipe e, no futuro, de outros munícipes que se encontrem em situação de carência habitacional, dependentes e com falta de suporte familiar. -----

As preocupações com a situação do sr. Cirilo foram partilhadas também pela Associação de Bombeiros de Penacova que, em abril do corrente ano, colocaram à Câmara Municipal o assunto, após a exposição por escrito efetuada pelo ex-Presidente da Junta de freguesia de Penacova, Sr. Luis Amaral, dirigida ao Sr. Presidente da Direção da Associação de Bombeiros, na qual relatava a situação caótica em que o munícipe se encontrava. -----

Neste momento e a partir de sexta-feira passada, o Sr. Círiilo tem um espaço digno para viver, onde não faltam todas as condições necessárias para se sentir bem. -----

No que se refere ao apoio de retaguarda de que este munícipe necessita, por já apresentar alguma dependência e uma idade avançada, poderá obtê-lo das Instituições locais, caso seja sua vontade. O serviço de ação social da Câmara Municipal está disponível para efetuar a articulação necessária para a obtenção das respostas sociais de que este munícipe careça. Assim, no passado dia 12 de dezembro foi solicitado oficialmente apoio domiciliário à Santa Casa da Misericórdia de Penacova. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração do contrato de arrendamento entre o Município de Penacova e o Senhor Cirilo dos Santos, referente a uma fração do prédio urbano que se destina a habitação social, sito na Eirinha, n.º 18, subcave, com início em 1 de Janeiro de 2013 e termo a 31 de Dezembro de 2013.----

21 - PROPOSTA DE ALOJAMENTO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE FAMÍLIA ACOMPANHADA PELA CPCJ.

Informação

Processo n.º 298/10 -----

O menor que faz parte do processo acima identificado é acompanhado pela CPCJ de Penacova desde que os seus progenitores vieram de outro concelho, há dois anos. A partir desta data o casal e o filho foram residir para casa dos avós paternos da criança. Foi aplicada uma medida de promoção e proteção de apoio junto dos pais, sendo esta uma situação de risco ambiental e por os seus pais não apresentarem competências parentais satisfatórias. Com o decorrer do processo tem-se vindo a verificar que o agregado familiar em que a criança está inserida apresenta diversas problemáticas sociais associadas, nomeadamente: -----

- Situação de desemprego de três elementos sem prestação social, -----
- Emprego precário do progenitor; -----
- Insuficiência de habilitações literárias e profissionais dos mesmos. -----
- Nenhum dos elementos apresenta rendimentos fixos, vivem da agricultura de subsistência. O progenitor realiza, esporadicamente, trabalhos sazonais em França.-----
- Insuficiência de rendimentos face às despesas.-----
- Dificuldades em gerir recursos, endividamentos a diversos níveis;-----
- Condições habitacionais precárias (falta de higiene e de conforto) com WC no exterior, quarto do menor situado em divisão distante do quarto dos pais;-----
- Dependência alcoólica por parte dos elementos masculinos do agregado familiar, que geram conflitos familiares e situações de violência doméstica, ----

Há cerca de um ano que se registam conflitos entre avô e mãe da criança colocando esta em risco, uma vez que este assiste a muitos desses episódios. A situação piorou desde que o avô da criança ficou desempregado. Existem duas ocorrências na GNR de desacatos/injúrias entre familiares e agressões (conforme documentos em anexo). -----

No dia 20 de Novembro, a progenitora teve novo episódio de violência doméstica, o que levou à intervenção da Linha de emergência 144, tendo daí resultado o internamento da mãe da criança numa Instituição de Acolhimento Temporário. Esta foi encaminhada pela GNR para a realização de exames médicos/perícia no Instituto de Medicina Legal de Coimbra. Esta regressou a casa ao fim de um dia, por sua iniciativa, porque referiu sentir saudades do seu filho. -----

O progenitor continua a assumir uma atitude passiva na resolução dos problemas do casal e do seu próprio filho, no entanto considera que é fundamental encontrar um espaço habitacional para iniciarem, como casal, uma nova vida, pensando, acima de tudo, no bem-estar do filho. -----

Considerando que, enquanto viver em casa dos avós, a criança se encontra exposta a comportamentos que afetam gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais se lhe oponham, de modo adequado a remover essa situação, no dia 27 de Julho de 2012, a CPCJ de Penacova reuniu com a família para avaliar

a possibilidade de autonomização do casal, ficando acordado com as partes que estes iriam procurar uma habitação e sair de casa dos avós. Contudo, até ao momento o casal não se conseguiu organizar nesse sentido, por falta de iniciativa mas, acima de tudo, por não terem meios económicos para assegurarem o pagamento do aluguer de uma habitação no mercado de arrendamento. -----

Consideramos que o realojamento temporário, em regime de renda apoiada, do casal e do seu filho menor num dos apartamentos de habitação social da autarquia é urgente, de forma a fomentar uma oportunidade de mudança e de melhoria da sua situação socioeconómica e, por outro lado, proteger o filho menor das situações de perigo eminente em que se encontra. Tendo em consideração o Regulamento Municipal de atribuição e de gestão das habitações sociais em regime de renda apoiada, o agregado familiar reúne as condições de acesso definidas (artigo 4º) bem como se enquadra nas exceções ao regime de atribuição (artigo 7º): “a Câmara Municipal de Penacova deve assegurar uma parte das habitações que integram o património municipal habitacional tendo em vista a eventualidade de: a) situações de emergência social, designadamente, inundações, incêndios ou outras catástrofes de origem natural ou humana (...)”. -----

Trata-se de uma situação de emergência social, com contornos de risco social elevado para a criança. A atribuição de habitação pela Câmara está prevista neste tipo de situações e justifica-se pela necessidade de dar uma oportunidade de autonomização a um casal que, para além de apresentar competências parentais e sociais insuficientes, tem uma precaridade económica e emocional muito acentuada. -----

A integração desta família num dos apartamentos da autarquia também permite uma supervisão e uma exigência mais apertadas por parte da CPCJ, por este serviço se encontrar próxima do bloco habitacional. -----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada. -----

22 - ANÁLISE DE SITUAÇÃO HABITACIONAL DO AGREGADO FAMILIAR RESIDENTE EM RIBELA.

Informação/Parecer Nº45/2012 – DASCDE

As munícipes **Adelina Pureza Oliveira Rodrigues**, de 60 anos de idade e **Maria Fernanda Rodrigues**, de 50 anos de idade, residentes na povoação da Ribela, apresentam condições de grande precaridade e perigo, devido às más condições habitacionais e de isolamento familiar em que vivem. -----

São beneficiárias, já há alguns anos, do Rendimento Social de Inserção e, neste âmbito, têm sido diversas as situações em que a equipa do Núcleo Local de Inserção se pronunciou sobre a situação de risco habitacional e social. -----

Na reunião preparatória da constituição da Comissão Social Interfreguesias de Penacova, Carvalho e Friúmes, realizada em 22 de junho de 2011, a situação foi analisada, pelos contornos preocupantes que já nessa altura apresentava. Foram apresentadas informações pela equipa técnica, que deram conta das diversas tentativas de intervenção efetuadas e da dificuldade em lidar com a situação, porque as munícipes recusaram a entrada na sua habitação, por diversas vezes, e rejeitaram a proposta de alojamento num dos apartamentos da Câmara Municipal. -----

Nesta reunião ficou registado que uma nova visita deveria ser efetuada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Vasco Viseu, e pelo responsável pela Comissão de Compartes da

Ribela, Casalito, Casal de Sto. Amaro e Chã, o Sr. Álvaro Costa, porque referiram ter uma boa relação de confiança com as munícipes. -----

Hoje, dia 10 de dezembro, efetuei um contato com o Sr. Álvaro Costa, que informou que já realizada a visita com o Sr. Presidente de Junta de Freguesia e ficaram muito preocupados com a degradação total em que se encontra a habitação das munícipes, correndo o risco de ruir a qualquer momento. Também referiu que as Sras. recusaram qualquer intervenção. Informou que deveria ser acionada a intervenção da equipa da Proteção Civil.-----

Também no passado dia 19 de novembro, na reunião do Núcleo Local de Inserção, foi colocada a possibilidade de se efetuar uma denúncia de situação de insalubridade e insegurança para à Delegação de Saúde. -----

Assim, solicito a análise da situação pelo executivo e a tomada de decisão sobre os procedimentos a acionar para a intervenção das autoridades da Proteção Civil do Concelho.

--- O Executivo tomou conhecimento da informação e deliberou solicitar à Chefe de Divisão de Ação Social e Chefe de Divisão de Obras, para averiguarem sobre as condições de segurança do imóvel, devendo também fazer parte dessa comissão de avaliação um representante dos Bombeiros Voluntários de Penacova e ainda o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penacova. -----

--- Mais deliberou solicitar aos serviços jurídicos para analisarem esta situação, nomeadamente sobre a possibilidade de poderem obrigar as munícipes a abandonar o imóvel, caso se verifique perigo iminente de ruir. -----

23 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVO AO NÃO EXERCÍCIO DE DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE O PRÉDIO RÚSTICO SITO NA FREGUESIA DE S. PEDRO DE ALVA, INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO N.º 6999.

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de Senhor Presidente da Câmara, no sentido de não exercer o direito de preferência sobre:-----

- Prédio rústico, terra de cultura, a confrontar de norte com Luís Garcia Brito, sul casa de habitação de Joaquim Martins, nascente António Almeida Neves e Poente António Santos Cordeiro, inscrito na matriz sob o artigo n.º 6999 e descrito na Conservatória sob o n.º 3987 da freguesia de S. Pedro de Alva. -----

24 - APROVAÇÃO DE PROTOCOLO DE TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DOS CEMITÉRIOS DA EIRINHA, CARVOEIRA E CARVALHAL DE MANÇORES PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE PENACOVA.

Protocolo

Entre o Município de Penacova, com sede no Largo Alberto Leitão, nº 5, Penacova, representada pelo seu Presidente Humberto José Baptista Oliveira e a Junta de Freguesia de Penacova, com sede na Rua Conselheiro Fernando Melo, nº 2, representada pelo seu Presidente Vasco Manuel Fernandes Viseu, é celebrado este protocolo, em cumprimento das deliberações da Câmara Municipal de 5 de Novembro de 2009 e da Assembleia Municipal de

18 de Dezembro de 2009 e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, de dezoito de Dezembro de 2012, que se rege pelas seguintes cláusulas:-----

1º

Objetivo

Este protocolo visa transferir a Administração e Gestão dos Cemitérios da Eirinha, Carvoeira e Carvalhal de Mançores para a Junta de Freguesia de Penacova.-----

2º

Obrigações do Município de Penacova

1 – O Município de Penacova é responsável pelos investimentos no cemitério que ultrapassem a mera conservação. -----

2 – O Município de Penacova é responsável pela remoção dos resíduos sólidos provenientes da limpeza corrente do cemitério. -----

3 – Os assistentes operacionais (coveiros) serão disponibilizados pelo Município de Penacova, sempre que seja necessário. -----

4 – Todas as obras de manutenção, reparação e ampliação dos cemitérios objeto do presente protocolo serão comparticipadas na totalidade pelo Município de Penacova. -----

3º

Obrigações da Junta de Freguesia

1 - À Junta de Freguesia compete a Administração e Gestão corrente de acordo com os princípios legalmente em vigor nomeadamente, os constantes do Decreto-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 5/2000, de 29 de Janeiro e 138/2000, de 13 de Julho, pela Lei nº 30/2006, de 11 de Julho, Decreto-Lei nº 109/2010, de 14 de Outubro. -----

2 - A Junta de Freguesia será responsável por todos os trabalhos de manutenção e conservação corrente das infra-estruturas existentes no cemitério, assim como da sua limpeza. -----

3 – A Junta de Freguesia compromete-se a transferir o montante de 100,00€ (cem euros) para o Município de Penacova, sempre que utilize os Recursos Humanos deste Município para prestação de serviços nos Cemitérios, objeto do presente contrato. -----

4º

Duração

A duração do presente protocolo coincide com o ano civil, renovando-se por iguais períodos até ao termo do atual mandato se entretanto não for denunciado ou revogada a delegação de competências. -----

Este protocolo foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

--- Analisado o assunto, o executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o referido protocolo.

25 – APRECIÇÃO DAS CONTAS DO 1.º SEMESTRE DE 2012 DA PENAPARQUE 2, EM.

--- Foi presente ao Executivo o parecer do fiscal único sobre a informação financeira semestral da Penaparque 2, E.M., relativo ao 1.º semestre de 2012.-----

--- O Executivo tomou conhecimento.-----

26 – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA PENAPARQUE 2, EM.

--- Este ponto não foi discutido.-----

27 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA PENAPARQUE 2, EM, PARA O ANO DE 2013.

--- Este ponto não foi discutido.-----

--- Neste momento ausentou-se da reunião o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes, tendo a Senhora Vereadora Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva assumido a presidência do Executivo. -----

28 – PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENACOVA, PENSAR E ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA DE COIMBRA.

Protocolo

Entre-----

PRIMEIRA OUTORGANTE: Município de Penacova, com o NIPC 506 657 957, aqui representada pelo presidente da câmara municipal, Humberto José Baptista Oliveira, solteiro, natural da freguesia e concelho de Penacova, onde reside no lugar de Carvalhal de Mançores, titular do cartão do cidadão nº 09879531, válido até 09/03/2015; -----

SEGUNDO OUTORGANTE: Escola Superior Agrária de Coimbra, adiante designada por Esac, com sede em Bencanta, 3040-316 Coimbra, com o NIPC 600 027 350, aqui representada pelo seu Presidente, José de Jesus Gaspar, Casado, natural da freguesia de Cambas e concelho de Oleiros, residente em Rua António Bentes, Lt 6 – 4º Esq, 3030-487 Coimbra, titular do cartão de cidadão nº 06917118, válido até 06/05/2017; -----

TERCEIRO OUTORGANTE: PENSAR – Associação de Desenvolvimento Integrado de Penacova, adiante designada por Pensar, Associação Privada sem fins lucrativos, com o NIPC 504 058 436, com sede no Parque Industrial da Espinheira, Sala 7, Espinheira, 3360-287 Sazes de Lorvão, aqui representada pelo seu Presidente, Luís Pedro Barbosa Antunes, casado, natural da freguesia de Figueira de Lorvão e concelho de Penacova, residente em Rua da Barreira, nº 3, Telhado, 3360-62 Figueira de Lorvão, titular do cartão de cidadão nº 09341341 6ZY0, válido até 07.08.2017. -----

1ª

A primeira outorgante tem a responsabilidade de dinamizar e promover o crescimento económico, a captação de empresas e a criação de emprego no concelho de Penacova, tendo para isso criado o Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social (GDES) recentemente. -----

2ª

No âmbito das suas atividades e após o contacto de vários municípios do concelho de Penacova interessados em investir na área da agricultura, o GDES encetou conversações tanto com a ESAC como com a PENSAR, no sentido de lançar as bases para a criação de projetos na área agrícola. -----

3ª

O sector Agrícola tem sido menosprezado nas últimas décadas, e, face à profunda crise financeira, económica e social em que vivemos, cada vez mais os cidadãos portugueses voltam para as terras, aproveitando as nossas vantagens competitivas face a outros países da Europa, e apostando em produtos com elevado valor acrescentado, para sectores de transformação, com elevado potencial de exportação, ou de substituição de importações. ----

4ª

A ESAC é uma instituição histórica do País, e uma das referências no sector Agrícola, e entre o primeiro outorgante e o segundo outorgante já se realizaram contactos para colaborar na promoção e no desenvolvimento do potencial Agrícola do concelho de Penacova.-----

5ª

A PENSAR tem uma elevada experiência da submissão de candidaturas a vários programas de incentivo, e trabalha há mais de uma década no sector florestal, com competências desenvolvidas que poderão ser extremamente úteis no desenvolvimento de projetos de cariz florestal. -----

6ª

A PENSAR candidatou, ao Programa EDP Solidária da Fundação EDP, com sucesso, um projeto intitulado “Oficina de Apoio ao Potencial Agricultor”, em que consiste na capacitação de municípios de Penacova desempregados, jovens ou numa situação desfavorecida, para a agricultura, através de um acompanhamento especializado por parte da ESAC, e para a área empresarial, através de formação externa. -----

7ª

Dando cumprimento ao estabelecido na candidatura, a primeira outorgante compromete-se a ceder um espaço no atual Centro de Atividades, antiga escola da Cheira, sito em Penacova, e material didático, para a realização das sessões e workshops promovidas pela ESAC, e para a realização da formação na área empresarial. A segunda outorgante compromete-se a assegurar a realização das referidas sessões e workshops, e das visitas técnicas às explorações agrícolas durante o ano do projeto, mediante as condições apresentadas aquando da submissão da candidatura. -----

8ª

As outorgantes comprometem-se a prestar todo o apoio necessário ao desenvolvimento deste projeto, a assegurar o bom funcionamento do mesmo, através dos seus meios humanos e técnicos.

9ª

As outorgantes acreditam que este é o primeiro projeto de muitos, e comprometem-se no futuro, a colaborar entre si na participação de futuras edições deste ou em novos projetos, que tenham como objetivo o desenvolvimento sustentável e com orientação económica da Agricultura em Penacova. -----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar o protocolo de Cooperação entre o Município de Penacova, Pensar e Escola Superior Agrária de Coimbra.

--- Regressaram à reunião o Senhor Presidente da Câmara, que assumiu a presidência do Executivo e o Senhor Vereador Luís Pedro Barbosa Antunes. -----

29 – APROVAÇÃO DAS CANDIDATURAS À LINHA LEADER– CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL, DOS PROJETOS “RECUPERAÇÃO DA FONTE DO PÚCARO”, “RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DA SERRA DA ATALHADA” E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL DO PROJECTO “RIBEIRA DE ARCOS / LIVRARIA DO MONDEGO / RIO MONDEGO” – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA A POPULAÇÃO E PARA A ECONOMIA LOCAL.

--- O **Senhor Presidente da Câmara** propôs ao Executivo que seja reconhecido o interesse para as populações e para a economia local das candidaturas ao Leader de Conservação e Valorização do Património Rural, dos Projetos “Recuperação da Fonte do Púcaro”, “Recuperação dos Moinhos da Serra da Atalhada” e de Preservação do Património Natural do Projeto “Ribeira de Arcos / Livraria do Mondego / Rio Mondego”. -----

--- O Executivo, considerando o relevante interesse destas intervenções para as populações e para a economia local, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada. -----

30 - PROCESSO DE REVISÃO DO PDM.

--- Este ponto foi discutido no início da reunião. -----

31 - PEDIDO DE LIBERTAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO NO ÂMBITO DA EMPREITADA "CONSTRUÇÃO EXTENSÕES DE SAÚDE / SÃO PEDRO DE ALVA" INCLUINDO CONTRATOS DE TRABALHOS A MAIS I, CONFORME DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO.

Informação

Relativamente ao assunto referido em epígrafe, no seguimento do despacho do Sr. Vice-Presidente datado de 24/08/2012, exarado sobre ofício remetido pelo adjudicatário BETONIT – Engenharia e Construções, Lda., nossa ref.ª 6595, datado de 24/08/2012, cujo conteúdo diz respeito a liberação de caução da empreitada supra referida, anexo a informação técnica datada de 28/08/2012, cumpre-me informar o seguinte: -----

i.- O contrato de empreitada de obras públicas em questão foi celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, tendo ocorrido a receção provisória da empreitada em **12/04/2011**, condicionada ao cumprimento do ponto quarto do respetivo auto de vistoria, "**Quarto:** - O adjudicatário, no que diz respeito à verificação em funcionamento das diversas instalações e equipamentos técnicos, levando em consideração o exposto no ofício datado de 12/04/2011, n/ ref.ª 3340, remetido à Câmara Municipal, assume o dever de à primeira solicitação se fazer representar em obra de forma a colocar todas as instalações e equipamentos técnicos em funcionamento, dando a formação mínima necessária.";-----

ii. De acordo com o Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março e Caderno de Encargos – Cláusulas Gerais da empreitada, estava definido que "o prazo de garantia é de **5 (cinco) anos**, contados a partir da data da receção provisória", ponto 12.2.1. da cláusula 12.2 das Cláusulas Gerais, e somente quando "**feita a receção definitiva de toda a obra**, serão restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á, pela forma própria, a extinção da caução prestada.", ponto 12.4.1 da cláusula 12.4 das Cláusulas Gerais; -----

iii. Conforme ofício supra referido, vêm o adjudicatário solicitar a liberação da caução ao abrigo do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, artigo 3.º, finalizado o 1.º Ano de Garantia da empreitada;-----

iv. A 20/09/2012 foi efetuada vistoria à obra, estando presente a Fiscalização em representação do Município e o Diretor de Obra em representação do adjudicatário, junta-se em anexo o respetivo auto de vistoria (ver **ANEXO I**). O adjudicatário assumiu promover as diligências necessárias para suprimir os defeitos de obra, conjugando previamente com os serviços da ARSC e Fiscalização todas as intervenções necessárias; -----

v. Em 01/10/2012 foi efetuado o arranque do sistema de AVAC, tendo o técnico presente dado a formação correspondente e colocado o sistema em funcionamento sem que fosse sinalizada qualquer avaria. Na mesma data foi dada a formação sobre a rede socorrida, UPS; -----

vi. A 03/12/2012, no seguimento de mail do Diretor de Obra que se anexa (ver **ANEXO II**) e posterior deslocação ao local da obra, a fiscalização dá por suprimidos os defeitos da obra. -

Face ao exposto anteriormente e de acordo com o Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, que se sobrepõe ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de Março e Caderno de Encargos - Cláusulas Gerais da empreitada, dado que à data está já decorrido o primeiro ano do prazo de garantia, propõe-se a libertação de 30% do valor da caução.-----

Após deliberação deverá ser dado conhecimento da mesma ao adjudicatário. -----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica que propõe a libertação de 30% do valor da caução. -----

32 - AUTOS DE MEDIÇÃO:

32.1 - AUTO N.º 1 DA OBRA "PAVIMENTAÇÕES NA FREGUESIA DE CARVALHO - CARVALHO ROTUNDA DO SEIXO".

--- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 1 da obra em epígrafe, no valor de 1.442,00 Euros (mil quatrocentos e quarenta e dois euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. ---

--- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por unanimidade, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento.----

32.2 - AUTO N.º 10 DA OBRA "R.U.C.H.P. / P.E. - CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO".

--- Presente ao Executivo o Auto de Medição n.º 10 da obra em epígrafe, no valor de 31.381,62 Euros (trinta e um mil trezentos e oitenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. -----

--- O Executivo, tendo em conta o parecer dos Serviços Técnicos, deliberou por maioria, com 3 (três) votos a favor e 3 (três) abstenções, aprovar o auto de medição referido, bem como autorizar o seu pagamento.-----

--- Abstiveram-se os Senhores (as): Luís Pedro Barbosa Antunes, Ana Cristina Marques Silva Simões e Roberto António Ferreira Barbosa. -----

33 - LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES.

33.1 - ANÁLISE DOS SEGUINTE PROCESSOS:

LICENCIAMENTO

--- O Senhor Presidente da Câmara, Humberto José Baptista Oliveira, deu conhecimento de que deferiu, no exercício das competências nele delegadas pelo Executivo em 05/11/2009, os seguintes processos de obras (PO):-----

--- **PO n.º 01-56/2011** de Gercov Representações, Lda, solicitando aprovação do licenciamento para obras de ampliação em Covais, tendo requerido para a realização dos trabalhos 12 meses. -----

--- Deferiu a pretensão de acordo com os pareceres dos Serviços Técnicos e concedeu-lhe o prazo de 12 meses para a execução da obra. -----

--- Mais procedeu à liquidação das taxas, nos termos do artigo 117.º do Decreto Lei 555/99, de 16/12, na sua redação atualizada, de acordo com a informação anexa ao processo. -----

Nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo deliberou, por unanimidade,

reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre o assunto, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

--- O Senhor Presidente da Câmara, antes de passar entrar nos pontos relativos a transferências de verbas, apresentou a seguinte informação: -----

No cálculo dos fundos disponíveis do mês de dezembro o município utilizou como base a circular nº 154-2012 AG de 16/11/2012 da anmp “tendo-se gerado dúvidas, em diversos Municípios, sobre o Cálculo de Fundos Disponíveis referentes aos meses de novembro e dezembro, vimos pelo presente informar que, em reunião havida com o Senhor Secretário de Estado do Orçamento, este nos transmitiu o seu total acordo com a possibilidade de utilização dos valores referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2013, para aquele efeito” -----

Assim, no cálculo foram colocados os valores das verbas do OE (iguais às recebidas em 2012, dado que o orçamento de 2013 ainda não foi publicado em DR) e as previsões de receita próprias de janeiro e fevereiro.-----

Pelo que foi elaborado um cálculo que se anexa diferente do que a aplicação do SCA permite fazer, no qual o município tem fundos disponíveis para o mês de Dezembro. Conjugando o facto de se irem efetuar correções aos compromissos assumidos anteriormente à LCPA, compromissos esse que ainda não gerou faturação, os quais devem entrar para o cálculo dos fundos disponíveis nas respetivas datas de liquidação, como no caso do Centro Escolar de Lorvão e também o contrato prestação de serviços de revisão do PDM. -----

1 – Aprovação de Protocolos com as Freguesias:

1.1 Freguesia de Travanca do Mondego para construção de valetas da rua Nossa Senhora dos Remédios (conclusão) e Rua da Igreja (inicio). -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para a transferência do montante de 4.783,45€ (quatro mil setecentos e oitenta e três euros e quarenta e cinco centimos), para construção de valetas da rua Nossa Senhora dos Remédios (conclusão) e Rua da Igreja (inicio).-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.2 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Travanca do Mondego, para comparticipação financeira nas comemorações do Dia da Freguesia. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para a transferência do montante de 98,40€ (noventa e oito euros e quarenta centimos), para comparticipação financeira nas comemorações do Dia da Freguesia. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.3 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Travanca do Mondego para aquisição de cobertura de palco.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Travanca do Mondego, para a transferência do montante de 662,50€ (seiscentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 50% do valor de aquisição de cobertura de palco.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.4 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para conservação de fontenários em Agrêlo. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de 1.674,24€ (mil seiscentos e setenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos), para conservação de fontenários em Agrêlo. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.5 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para aquisição de martelo elétrico EINHEL. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de 102,00€ (cento e dois euros), correspondente a 50% do valor de aquisição de martelo elétrico EINHEL. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.6 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para obras de manutenção e reparação da Escola Pré-Primária e EB1 de Figueira de Lorvão.

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de 731,90 Eur (setecentos e trinta e um euros e noventa cêntimos), para obras de manutenção e reparação da Escola Pré-Primária e EB1 de Figueira de Lorvão. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.7 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para alargamento da Rua da Feira Nova - Gavinhos. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Figueira de Lorvão, para a transferência do montante de 7.594,87€ (sete mil quinhentos e noventa e quatro euros e oitenta e sete cêntimos), correspondente a 80% do valor da obra de alargamento da Rua da Feira Nova - Gavinhos. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.8 Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Penacova, para construção de Muro de Suporte à Estrada do Chainho.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 7.815,17 (sete mil oitocentos e quinze euros e dezassete cêntimos), correspondente a 80% do valor da obra de Construção de Muro de Suporte à Estrada do Chainho. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.9 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Penacova, para aquisição de uma máquina roçadora.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 187,50 (cento e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), correspondente a 50% do valor de aquisição de uma máquina roçadora.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.10 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Penacova, para a obra de obra de abertura da Estrada Penedo Raso até ao Mocidade Futebol Clube.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 3.638,34 (três mil seiscientos e trinta e oito euros e trinta e quatro cêntimos), correspondente a 80% do valor da obra de abertura da Estrada Penedo Raso até ao Mocidade Futebol Clube.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.11 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Penacova, para execução de valetas na localidade de Casal de Santo Amaro.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Penacova, para a transferência do montante de € 1.488,05 (mil quatrocentos e oitenta e oito euros e cinco cêntimos), para execução de valetas na localidade de Casal de Santo Amaro.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.12 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Carvalho, para obras na Escola do Seixo.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Carvalho, para a transferência do montante de € 285,87 (duzentos e oitenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), para obras na Escola do Seixo.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.13 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de S. Pedro de Alva para obras de requalificação do cemitério e recinto da feira. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de S. Pedro de Alva, para a transferência do montante de € 722,08 (setecentos e vinte e dois euros e oito cêntimos), para obras de requalificação do cemitério e recinto da feira.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.14 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Lorvão, para obras de execução de muro de suporte em Lorvão junto Parque de Autocaravanas. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 5.054,08 (cinco mil cinquenta e quatro euros e oito cêntimos), correspondente a 80% do valor das obras de execução de muro de suporte em Lorvão junto Parque de Autocaravanas.

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.15 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Lorvão, para obras de Manutenção do Parque Escolar. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 926,42 (novecentos e vinte seis euros e quarenta e dois cêntimos), para obras de Manutenção do Parque Escolar. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.16 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Lorvão, para obras de Remodelação do Espaço / Sede da Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 1.188,88 (mil cento e oitenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), correspondente a 80% da obra de Remodelação do Espaço / Sede da Associação Pró-Defesa do Mosteiro de Lorvão. -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.17 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Lorvão, para obras de beneficiação nas antigas instalações dos Correios no Mosteiro de Lorvão. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 3.961,62 (três mil novecentos e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos), correspondente a 80% das obras de beneficiação nas antigas instalações dos Correios no Mosteiro de Lorvão.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.18 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Lorvão, para apoio à Feira de Artes. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Lorvão, para a transferência do montante de € 5.000,00 (cinco mil euros) para apoio à Feira de Artes.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.19 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Friúmes, para obras no Cemitério de Friúmes (2ª fase). -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Friúmes, para a transferência do montante de € 1.258,27€ (mil duzentos e cinquenta e oito euros e vinte sete cêntimos), para obras no cemitério de Friúmes (2ª fase). -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.20 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Friúmes, para construção de valetas em Vale de Maior (1ª fase).-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Friúmes, para a transferência do montante de € 1.475,84€ (mil quatrocentos e setenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos), para construção de valetas em Vale de Maior (1ª fase). -----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.21 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Friúmes, para apoio à Festa de S. Mateus. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Friúmes, para a transferência do montante de € 420,64€ (quatrocentos e vinte euros e sessenta e quatro cêntimos), correspondente a 80% de apoio à Festa de S. Mateus.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

1.22 - Aprovação de Protocolo a celebrar com a Freguesia de Paradela, para atribuição de números de polícia aos fogos da Freguesia.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um protocolo com a Freguesia de Paradela, para a transferência do montante de € 1.956,00 (mil novecentos e cinquenta e seis cêntimos), para atribuição de números de polícia aos fogos da freguesia.-----

--- Mais deliberou autorizar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à sua assinatura.----

2 – Transferências de Verbas.

2.1 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova para apoio a despesas de investimento com viaturas e aquisição de equipamento.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 2.500,00 Euros (dois mil e quinhentos euros), para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova, em apoio a despesas de investimento com viaturas e aquisição de equipamento, nomeadamente mangueiras. -----

2.2 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova para apoio ao XVIII Convívio de Pesca Desportiva. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 300,00 Euros (trezentos euros), para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova, em apoio ao XVIII Convívio de Pesca Desportiva.-----

2.3 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova para comparticipação financeira das Equipas de Intervenção Permanente, de junho a dezembro.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 16.166,17 Euros (dezasseis mil cento e sessenta e seis euros e dezassete cêntimos), para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova, como comparticipação financeira das Equipas de Intervenção Permanente, de junho a dezembro. -----

2.4 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penacova para comparticipação financeira das Obras de Ampliação do Quartel.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 10.798,56 Euros (dez mil setecentos e noventa e oito euros e cinquenta e seis cêntimos), para a Associação Humanitária dos Bombeiros

Voluntários de Penacova, referente à comparticipação financeira das Obras de Ampliação do Quartel. -----

2.5 – União Futebol Clube para comparticipação financeira de exames médicos da época 2011/2012. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.040,00 Euros (mil e quarenta euros), para União Futebol Clube como comparticipação financeira de exames médicos da época 2011/2012. --

2.6 – União Futebol Clube para comparticipação financeira relativa a Kms dos meses de janeiro a maio de 2012. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.593,00 Euros (mil quinhentos e noventa e três euros), para União Futebol Clube para comparticipação financeira relativa a Kms dos meses de janeiro a maio de 2012.-----

2.7 – União Futebol Clube para comparticipação financeira relativa a inscrições e exames médicos dos escalões da secção de atletismo e acerto de comparticipações anteriores.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 6.250,00 Euros (seis mil duzentos e cinquenta euros), para União Futebol Clube para comparticipação financeira relativa a inscrições e exames médicos dos escalões da secção de atletismo e acerto de comparticipações anteriores.-----

2.8 – Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) para comparticipação financeira do programa de teleassistência a pessoas carenciadas. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.072,65 Euros (mil a setenta e dois euros e sessenta e cinco cêntimos), à Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) referente ao programa de teleassistência a pessoas carenciadas. -----

2.9 – Associação “Os Festeiros de Miro”, para obras na sede. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 500,00 Euros (quinhentos euros), à Associação “Os Festeiros de Miro”, para comparticipação de obras na sede. -----

2.10 – Associação de Melhoramentos Cultura e Recreio do Silveirinho para obras na sede. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 4.522,08 Euros (quatro mil quinhentos e vinte e dois euros e oito centavos), à Associação de Melhoramentos Cultura e Recreio do Silveirinho, para comparticipação de obras na sede.-----

2.11 – Associação Recreativa e Cultural de Parada e Vale do Barco para obras na sede.

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.574,81 Euros (mil quinhentos e setenta e quatro euros e oitenta e um centavos), à Associação Recreativa e Cultural de Parada e Vale do Barco para comparticipação de obras na sede. -----

2.12 – Grupo Desportivo de Foz do Caneiro para o Campo Desportivo na Casola.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 690,64 Euros (seiscentos e noventa euros e sessenta e quatro centavos), ao Grupo Desportivo de Foz do Caneiro, para comparticipação financeira do Campo Desportivo na Casola. -----

2.13 – Grupo Desportivo de Foz do Caneiro para obras na sede. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 91,06 Euros (noventa e um euros e seis centavos), para o Grupo Desportivo de Foz do Caneiro para comparticipação de obras na sede.-----

2.14 – Associação de Caçadores e Pescadores do Alto do Concelho para obras no exterior da sede. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.948,29 Euros (mil novecentos e quarenta e oito euros e vinte e nove centavos), à Associação de Caçadores e Pescadores do Alto do Concelho, para comparticipação de obras no exterior da sede. -----

2.15 – Casa do Povo de S. Pedro de Alva, para comparticipação financeira relativa a natação, incentivo à atividade, inscrições e exames médicos.-----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 3.510,00 Euros (três mil quinhentos e dez euros), à Casa do Povo de S. Pedro de Alva, para comparticipação financeira relativa a natação, incentivo à atividade, inscrições e exames médicos.-----

2.16 – Associação de Arbitragem e Conflitos de Coimbra para pagamento da quota anual. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 1.246,99 Euros (mil duzentos e quarente e seis euros

e noventa e nove cêntimos), à Associação de Arbitragem e Conflitos de Coimbra, para pagamento da quota anual.-----

2.17 – Fábrica da Igreja de S. Pedro de Alva para obras na Casa Paroquial. -----

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 7.780,17 Euros (sete mil setecentos e oitenta euros e dezasseis cêntimos), à Fábrica da Igreja de S. Pedro de Alva para obras na Casa Paroquial.

2.18 – Associação Desportiva de S. Mamede para comparticipação financeira relativa a inscrições, taxas de jogo, exames médicos e acerto de comparticipações anteriores.--

--- Analisado e discutido o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência de verba, no montante de 7.314,16 Euros (sete mil trezentos e catorze euros e dezasseis cêntimos), para a Associação Desportiva de S. Mamede para comparticipação financeira relativa a inscrições, taxas de jogo, exames médicos e acerto de comparticipações anteriores.-----

3 – Proposta de Apoio através do Fundo de Emergência Social do Município de Penacova.

Identificação do processo social: 1469-11/12-----

Nº da candidatura do Fundo de Emergência Social: 20-----

I -Diagnóstico da situação -----

*Na passada sexta-feira, dia 14 de dezembro, o cônjuge feminino do agregado familiar do **processo social nº 1469-11/12** dirigiu-se ao serviço de ação social da Câmara Municipal solicitando ajuda, uma vez que não tinha em casa quaisquer bens de primeira necessidade, nomeadamente bens alimentares, gás, produtos de higiene. O filho mais novo, no período de férias, não tem o reforço alimentar que lhe é dado na escola no período letivo e por isso está a passar fome. -----*

Ambos os cônjuges estão desempregados, sem subsídio de desemprego e aguardam há dois meses a atribuição da prestação do Rendimento Social de Inserção. -----

Vivem numa habitação arrendada, cujo pagamento do aluguer já devem há dois meses, pelo que recebem diariamente pressões do proprietário para que seja efetuado o pagamento. ----

A equipa técnica da ação social reunião de emergência e, após a exposição da situação ao Sr. Vereador da Ação Social, assim como a proposta de apoio preconizada pela equipa, procedeu-se à aquisição imediata de bens alimentares, artigos de higiene e de uma garrafa de gás. -----

O apoio referido foi utilizado mediante medidas concretas consoante as necessidades apresentadas pelo agregado familiar em referência (n.º 2, alínea g) do artigo 8º do RFES) e a assinatura pelo requerente de uma declaração de compromisso (alínea e) e f) do artigo 7º do Regulamento do Fundo Social de Emergência (RFSE).-----

*Tendo por base o definido no n.º 3 do artigo 7º e no n.º 1 do artigo 8º do **Regulamento do Fundo de Emergência Social do Município de Penacova**, apresentamos esta informação para fundamentação da proposta do apoio económico atribuído no valor de: -----*

- a) Cento e trinta e um euros e vinte e dois cêntimos (131,22€) em bens alimentares e produtos de higiene;-----**

b) **Vinte e sete euros (27€) para aquisição de uma garrafa de gás.** -----

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, atribuir o apoio conforme consta da informação acima transcrita. -----

4 – Aprovação do Plano Anual de Feiras no Concelho de Penacova.

Informação

Nos termos do disposto no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 42/2008, de 10 de Março, deve a Câmara Municipal até ao início de cada ano civil, aprovar e publicar o seu plano anual de feiras e os locais públicos ou privados a acolher estes eventos. Propõe-se o seguinte plano anual de feiras do concelho de Penacova, a ser aprovado em deliberação de Câmara, para posterior publicação e afixação nos lugares de estilo, deste Concelho: -----

PLANO ANUAL DAS FEIRAS DO CONCELHO DE PENACOVA

Denominação	Localização	Freguesia	Frequência	Gestão	Espaço
<i>Feira mensal de Espinheira</i>	<i>Espinheira</i>	<i>Sazes do Lorvão</i>	Mensal: 1º Domingo do mês	<i>Junta de Freguesia de Sazes do Lorvão</i>	<i>Público</i>
<i>Feira mensal de Lorvão</i>	<i>Lorvão</i>	<i>Lorvão</i>	Mensal: último Domingo do mês	<i>Junta de Freguesia de Lorvão</i>	<i>Público</i>
<i>Feira mensal de Penacova</i>	<i>Penacova</i>	<i>Penacova</i>	Mensal: 2ª Quinta-feira do mês	<i>Junta de Freguesia de Penacova</i>	<i>Público</i>
<i>Feira mensal de São Pedro de Alva</i>	<i>São Pedro de Alva</i>	<i>São Pedro de Alva</i>	Mensal: Sábado entre o dia 22 e 28 do mês	<i>Junta de Freguesia de São Pedro de Alva</i>	<i>Público</i>
<i>Mercado de Sabores de Penacova</i>	<i>Penacova</i>	<i>Penacova</i>	Mensal: 2º Domingo de cada Mês	<i>Município de Penacova</i>	<i>Público</i>
<i>Feira do Campo e do Mel</i>	<i>Penacova</i>	<i>Penacova</i>	Anual: Data a definir no mês de Novembro/2013	<i>Município de Penacova</i>	<i>Público</i>

--- O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Anual de Feiras no Concelho de Penacova.-----

5 – Aprovação das Clausulas Contratuais dos Empréstimos BEI relativos à “Requalificação da Praça do Município / Espaços Públicos” e “Parque de Estacionamento Subterrâneo”. -----

--- Analisado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar as cláusulas contratuais dos Empréstimos BEI relativos à “Requalificação da Praça do Município / Espaços Públicos” e “Parque de Estacionamento Subterrâneo”, cujas minutas ficam anexas à presente ata fazendo parte integrante da mesma. -----

6 – Processo n.º 07 – 119/2009 – Paulo Filipe Figueiredo da Costa, residente em Rebordosa – Procedimento de execução de ordem de demolição.

Informação Técnica

Relativamente ao assunto referido em epígrafe e de acordo com o despacho exarado por V.Ex^a, datado de 03/12/2012, na informação da DASCDE sou a informar o seguinte: -----
De acordo com a informação emitida pela DASCDE datada de 30/11/2012, no seu ponto I, que se passa a transcrever: “ A D. Maria dos Anjos, vive sozinha, o marido abandonou-a há cerca de 50 anos. A idosa está paralisada da cinta para baixo, devido a uma queda sofrida em casa, recebendo apoio ao nível da alimentação, higiene pessoal e limpeza da habitação por parte de um familiar.”. Á semelhança do procedimento adotado relativamente ao processo do Sr Abílio Henriques Duarte, onde é referido que, não obstante a inércia do particular em repor a legalidade urbanística, a situação em apreço poderá ser enquadrada no leque de situações em que se admite a dispensa de impulso processual do particular. -----
Afigurando-se, assim, fundamentado, que a CMP possa optar pela não demolição do imóvel, com fundamento na proteção do direito à habitação, consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, o que se consubstancia, no entendimento jurídico um interesse público suficientemente forte que aponta para a não demolição de obras ilegais. ---
Os Serviços de Ação Social, confirmam a falta de capacidade económica e social para impulsionar a legalização da construção. É dito no ponto II da informação da DASCDE que passo a transcrever “ Foi efetuada visita domiciliária no dia 21 de Novembro de 2012 pela equipa técnica do serviço de ação social da CMP, a D. Maria dos Anjos disse que “ só saio daqui quando morrer e não quero ir para um lar”. Falámos com um sobrinho que nos informou que fizeram obras porque a sua tia vivia em péssimas condições habitacionais e queriam dar-lhe alguma dignidade porque é um ser humano”. -----

Conclusão: *Pelo que foi dito e tendo por base o parecer jurídico, emitido 3/8/2012 bem como o parecer dos Serviços de Ação Social, proponho que a CMP, opte pela não demolição do imóvel, com fundamento na proteção do direito à habitação, consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, o que se consubstancia, no entendimento jurídico um interesse público suficientemente forte que aponta para a não demolição de obras ilegais. ---*

--- O Senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo da decisão de não demolição do imóvel, referindo que a reposição da legalidade passará pela elaboração de um projeto por parte dos serviços técnicos da Câmara Municipal, no âmbito do Regulamento do Fundo de Apoio à Habitação do Município de Penacova. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para efeitos executórios imediatos. -----

ENCERRAMENTO

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram vinte e uma horas e trinta minutos. -----

--- Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e pela Secretária da reunião. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Humberto José Baptista Oliveira)

A SECRETÁRIA

(Rosa Maria Martins Henriques)